



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

LILIAN GONÇALVES GUIMARÃES

**PARQUE DA JUVENTUDE – SÃO PAULO:
Uma reflexão do local enquanto lugar de memória do antigo
Complexo Carandiru**

**Ouro Preto - Minas Gerais
Junho/2022**

LILIAN GONÇALVES GUIMARÃES

PARQUE DA JUVENTUDE – SÃO PAULO:

**Uma reflexão do local enquanto lugar de memória do
antigo Complexo Carandiru**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a
obtenção de título de Bacharel
em Turismo pelo
Departamento de Turismo –
UFOP.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luana Melo e
Silva

**Ouro Preto-
Minas Gerais
Junho/2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G963p Guimaraes, Lilian Goncalves.

Parque da Juventude – São Paulo [manuscrito]: uma reflexão do local enquanto lugar de memória do antigo Complexo Carandiru. / Lilian Goncalves Guimaraes. - 2022.

61 f.: il.: color., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Luana Melo e Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Parque da Juventude (São Paulo, SP). 2. Prisão - Carandiru (São Paulo, SP). 3. Memória coletiva. 4. Patrimônio cultural - prisão. 5. Topolatria. I. Silva, Luana Melo e. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lilian Gonçalves Guimarães

Parque da Juventude - São Paulo: uma reflexão sobre o local como lugar de memória do antigo Complexo Carandiru

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel

Aprovada em 14 de junho de 2022

Membros da banca

Dra - Luana Melo e Silva - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me - Marcelo Viana Ramos Digite - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra - Maria do Carmo Pires - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luana Melo e Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/01/2023



Documento assinado eletronicamente por **Luana Melo e Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/01/2023, às 22:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0459264** e o código CRC **8EC0E2BE**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esse trabalho e todo o esforço empreendido até esse momento a minha mãe Vera, que viveu junto comigo a saudade que a distância nos impôs e se comprometeu tanto quanto eu com esse projeto. Pois junto e tão importante quanto a minha trajetória, está a dela, que me deu todo o suporte para chegar onde cheguei.

Dedico à memória de meu pai Lucilio, meu maior incentivador nos estudos e quem me ensinou a ser forte e a não ter vergonha de expor minhas opiniões. E a meus sempre queridos amigos Peter e Chris, que mesmo de outro plano, me guardam e inspiram todos os dias.

E já que essa pesquisa fala sobre memória, dedico ela em especial a minha amiga Dina, o meu mais forte elo com as memórias mais lindas e significativas da minha vida. Pessoa que compartilha comigo os laços de afeto e as recordações que me ligam a um passado que não passará e viverá em nossos corações enquanto lembrarmos carinhosamente dele. Uma amizade construída dos retalhos das nossas experiências, mas que não se congelou no tempo e hoje conta sua própria história.

Não tenho como não agradecer aos meus amigos e colegas de Ouro Preto, que foram minha família quando eu estava a mais de 2 mil quilômetros de distância dos meus e que me receberam e acolheram tão afetivamente. Gratidão a minha atual casa Varanda Hostel e aos queridos Thiago, Camilla e Keila, que estiveram presentes e vivendo essa rotina dos últimos meses junto comigo, me incentivando e dando forças para terminar.

E por fim, agradeço e dedico esse trabalho a Universidade Federal de Pelotas, onde eu comecei a trilhar minha graduação e a Universidade Federal de Ouro Preto onde finalizei essa etapa. Ao ensino público de qualidade que tive a oportunidade de ter acesso ao longo da minha vida. E aos professores que me acompanharam e ajudaram a moldar não só minha vida acadêmica e educacional, mas meu caráter, meus valores e meus princípios.

GUIMARÃES, Lilian Gonçalves. **PARQUE DA JUVENTUDE - SP: Uma reflexão do local enquanto lugar de memória do antigo Complexo Carandiru**. 2021. 62 fls. Monografia - Curso de Bacharelado em Turismo da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

RESUMO

O presente estudo tem como abordagem temática o debate acerca da percepção dos visitantes do Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, atual espaço de lazer e institucional localizado na cidade de São Paulo, com relação a compreensão do Parque enquanto lugar de memória do Complexo Carandiru, o qual foi palco do emblemático Massacre do Carandiru, chacina que resultou na morte de 111 apenados, ocorrido no ano de 1992. Com base nas avaliações de usuários extraídas do site TripAdvisor, buscou-se discutir como, e se, a atual configuração do Parque dialoga com as memórias da tragédia e com o passado do local e ajuda a promover a reflexão sobre o tema. A pesquisa pretende ainda discutir a questão contextualizando-a dentro do campo de estudo do patrimônio prisional e das noções do dever de memória e da memória enquanto promotora de justiça. Como metodologia a pesquisa apresenta abordagem qualitativa com análise bibliográfica para construção do corpo de estudo e documental para entendimento da percepção dos visitantes, contando com a análise de conteúdo para o tratamento dos dados obtidos no site TripAdvisor. Como parte de suas considerações a pesquisa irá mostrar que o fenômeno da topolatria marca a percepção de quem visita o Parque e que os simbolismos presentes nos monumentos e elementos do projeto, não impactam de maneira relevante a ponto de causar reflexão. Dessa forma, promovendo apagamentos nas memórias relacionadas à tragédia.

PALAVRAS-CHAVE: Parque da Juventude. Carandiru. Lugar de Memória. Patrimônio Prisional. Topolatria.

ABSTRACT

The present study has as thematic approach the debate about the visitors' perception of the Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, current leisure and institutional space located in the city of São Paulo, in relation to the understanding of the Park as a place of memory of the Carandiru Penitentiary, the which was the stage for the emblematic Massacre do Carandiru, a massacre that resulted in the death of 111 inmates, which took place in 1992. Based on user evaluations extracted from the TripAdvisor website, we sought to discuss how, and if, the current configuration of the Park dialogues with the memories of the tragedy and with the past of the place and helps to promote reflection on the subject. The research also intends to discuss the issue contextualizing it within the field of study of prison heritage and the notions of the duty of memory and memory as a promoter of justice. As a methodology, the research presents a qualitative approach with bibliographic analysis to build the body of study and documents to understand the perception of visitors, relying on content analysis for the treatment of data obtained from the TripAdvisor website. As part of its considerations, the research will show that the phenomenon of topolatrý marks the perception of those who visit the Park and that the symbolisms present in the monuments and elements of the project do not impact in a relevant way to the point of causing reflection. Thus, promoting erasure process in the memories related to the tragedy.

KEYWORDS: Parque da Juventude. Carandiru. Places of Memory. Prison Heritage. Topolatrý.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Contagem dos presos no pátio do pavilhão 9
- Figura 2 - Tropa de Choque em frente a Casa de Detenção
- Figura 3 - Reportagem Folha de São Paulo, 3 de Outubro
- Figura 4 - Reportagem do Jornal O Globo, 3 de Outubro
- Figura 5 - Reportagem do Jornal O Globo, 4 de Outubro
- Figura 6 - Reportagem de capa O Estado de São Paulo, 4 de Outubro
- Figura 7 - Reportagem de Capa O Estado de São Paulo, 6 de Outubro
- Figura 8 - Reportagem de Capa O Estado de São Paulo, 6 de Outubro
- Figura 9 - Implosão do Carandiru
- Figura 10 - Mapa do Parque da Juventude
- Figura 11 - Pistas de Skate
- Figura 12 - Estruturas do antigo presídio, atualmente decks de interligação
- Figura 13 - Estruturas do antigo complexo penitenciário e atual observatório
- Figura 14 - Espheropeia
- Figura 15 - Monumento ao Peregrino de Compostela
- Figura 16 - Sonho de Liberdade
- Figura 17 - Marco da Paz
- Figura 18 - À esquerda Carandiru (antigo pavilhão 4). À direita (ETEC)
- Figura 19 - Filtro de Barro
- Figura 20 - Oratório
- Figura 21 - Mercado da Penitenciária
- Figura 22 - Fachada da Biblioteca de São Paulo
- Figura 24 – Foto tirada por visitante (pedras que marcam o trajeto pelas ruínas)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
G1	Portal de Notícias da Globo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IML	Instituto Médico Legal
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
STJ	Superior Tribunal de Justiça
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PATRIMÔNIO PRISIONAL E MEMÓRIAS SENSÍVEIS	11
1.1 O reconhecimento do patrimônio prisional no Brasil enquanto lugar de memória	11
1.2 Os lugares de memória de sofrimento, o dever de lembrar e os desafios do seu uso turístico	15
2 O CARANDIRU, A TRAGÉDIA E O PARQUE	21
2.1 A história do Carandiru como tragédia	21
2.2 A transformação em Parque da Juventude	32
3 ARMADILHA DA TOPOLATRIA: RESSIGNIFICAR OU APAGAR O PASSADO?	43
3.1 Coleta e análise de dados do tripAdvisor: algumas impressões	43
3.2 Como impedir que o lugar de memória se congele em nós?	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
SITES CONSULTADOS	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como objeto de estudo o Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, situado na zona norte da cidade de São Paulo, no bairro Santana, o local que atualmente é um parque voltado para lazer, práticas esportivas e área institucional, por mais de 80 anos abrigou o Complexo Carandiru, conjunto de instituições penitenciárias formadas pela Penitenciária do Estado (1920), Penitenciária Feminina (1942) e posteriormente também a Casa de Detenção Municipal (1965).

O Complexo Penitenciário Carandiru chegou a ser considerado o maior presídio da América Latina em número de apenados, que bateu a marca de 8 mil pessoas e também em estrutura, sendo considerado modelo de sistema carcerário eficiente entre as décadas de 40 e 50 . No entanto, a superlotação e a precarização das instalações, juntamente com a ineficiência da administração do sistema prisional no Estado, levou à total falência da Casa de Detenção enquanto instituição. Sucessivas denúncias por violações aos Direitos Humanos mais básicos, juntamente com rebeliões frequentes e por fim, o derradeiro caso do “massacre do Carandiru”, levaram o Governo do Estado a extinguir o Complexo e realocar os presidiários em outras unidades.

A emblemática tragédia que marcou o imaginário popular, ficou conhecida como o “Massacre do Carandiru” e ocorreu no ano de 1992. A invasão da penitenciária para conter uma rebelião, que culminou na chacina de 111 apenados, se tornou marco da violência policial no Brasil e desvelou nacional e internacionalmente a realidade do completo descaso com o sistema carcerário em nosso país. A mídia noticiou massivamente o crime e seus desdobramentos, que comprometiam não só a Polícia Militar e seus comandantes, como também as instâncias do Governo. As famílias que perderam seus entes, os Órgãos de Defesa dos Direitos Humanos e a sociedade civil cobravam posições e explicações para os excessos policiais e a responsabilização dos culpados pelas mortes. Porém o caso ficou impune, sem cumprimento das penas pelos réus, até o momento devido às inúmeras apelações e adiamentos dos julgamentos.

Esta pesquisa pretende problematizar a transformação do Complexo Carandiru em

Parque da Juventude, transitando pelos processos que levaram da desativação da instituição penitenciária até a constituição atual do Parque como área de lazer. Refletindo acerca da ressignificação desse espaço que constituiu a categoria de patrimônio prisional, enquanto “lugar de memória” do Carandiru, e dotado dos simbolismos de uma tragédia que marcou o imaginário popular. O estudo busca compreender, a partir da percepção do visitante do Parque, se e como a atual configuração do espaço é responsável por despertar gatilhos que conectem o usuário com o passado do local.

Para a construção da proposta reflexiva a pesquisa será de cunho qualitativo, com análise bibliográfica e documental. Apoiando-se na exploração de conteúdo jornalístico para obtenção dos dados referentes ao histórico do Complexo Caranduru e aos eventos relatados ao longo do trabalho.

Com o propósito conhecer as percepções geradas pelos usuários e descrevê-las, foram realizados levantamentos bibliográficos documentais a partir do site TripAdvisor, site de grande expressividade no que concerne opiniões e avaliações sobre atrações, serviços e produtos da área do Turismo. As avaliações referentes ao Parque da Juventude, constituíam o número de 177, no momento que esta pesquisa foi realizada, as quais foram lidas em sua totalidade e selecionadas pela pesquisadora as que apresentavam alguma menção ou dialogavam com a temática problematizadora. Serão trazidos fragmentos ou trechos destes comentários e apresentados no texto, seguidos de apontamentos reflexivos da pesquisadora.

A técnica utilizada para tratamento dos dados extraídos do TripAdvisor foi a análise de conteúdo, a qual organiza, sistematiza e interpreta as palavras, sejam elas transmitidas oralmente ou por escrito. Os pilares que constituem essa técnica: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados, foram inseridos e aplicados no decorrer da pesquisa. Além disso, foi realizado o tratamento dos resultados obtidos e suas interpretações, utilizando-se da inferência, realizada a partir da análise da triangulação da pesquisa documental, bibliográfica e avaliações. Para que assim fosse realizada a interpretação de todo o material coletado para se chegar aos resultados aqui apresentados.

O trabalho está dividido em três capítulos, nos quais a temática introdutória sobre a conceituação de patrimônio prisional enquanto lugar de memória, bem como a importância da patrimonialização desses locais enquanto promotores de justiça, será trazido no primeiro

capítulo. O capítulo dois, será responsável por narrar a tragédia do Carandiru e apresentar o processo de transformação do local em Parque da Juventude. Por fim, o terceiro capítulo irá apresentar as impressões sobre a percepção dos visitantes do Parque e promover o diálogo entre essas impressões e a problematização sobre a perda de sentido do lugar de memória.

Em síntese, esta pesquisa reforça seu papel enquanto promotora do debate de temas incipientes nos campos de estudo do Turismo. Trazendo temáticas ainda pouco exploradas pelos pesquisadores da área no entanto de grande relevância. Sendo eles, o patrimônio prisional, o dever de memória e o dark tourism. Temáticas que tornam-se emergentes à medida que a sociedade brasileira apresenta uma tendência muito grande ao apagamento das suas memórias sensíveis.

1. PATRIMÔNIO PRISIONAL E MEMÓRIAS SENSÍVEIS

Este capítulo possui a proposta de introduzir a temática do patrimônio prisional e dos debates acerca do entendimento desta categoria de patrimônio cultural enquanto elemento dotado de história e memória. Bem como apresentar uma reflexão sobre os desafios do uso desses espaços memoriais “sensíveis” pelo Turismo.

1.1 O reconhecimento do patrimônio prisional no Brasil enquanto lugar de memória

A conceituação do que é “patrimônio carcerário” ou “patrimônio prisional” ainda é uma temática em construção e desenvolvimento no Brasil e no mundo. De acordo com Borges e Santos (2020, p. 230), o termo nasce na França, marcado pelos desafios que cercam a elasticidade adquirida pelo conceito de patrimônio cultural a partir dos anos 1990. Desde então, começou a ganhar espaço nas discussões das Jornadas do Patrimônio Francês, dentro de um contexto no qual se via a emergência da preservação desses bens, diante de uma onda de intervenções e destruições de presídios de grande relevância para a memória do país. Segundo Borges:

A expressão ganhou força recentemente na França, através de iniciativas como a realização do Colloque L’architecture carcérale, des mots et des murs” organizado em 2010 pela Ecole Nationale d’Administration Pénitentiaire, e de publicações como a obra intitulada “Prisons : Patrimoine de France” (2013), que traz 2500 fotos de prisões francesas, destacando as marcas deixadas pelos presos como desenhos, pinturas e escritas em paredes e edificações. (BORGES, 2017, p. 287).

Esse movimento na França, inaugura uma corrente de debates acerca da importância de se preservar as memórias desses locais, para além de sua importância enquanto patrimônio edificado. E marca um importante ponto de partida para as pesquisas científicas e os processos de patrimonialização de espaços prisionais, enquanto portadores de registros identitários e manifestações culturais dos grupos que ali estiveram. Para Borges e Santos:

A categoria patrimônio carcerário vai muito além das edificações, englobando aspectos imateriais ligado às vivências e memórias dos sujeitos diretamente envolvidos no cotidiano prisional: os sentenciados, seus familiares e os funcionários das instituições, englobando a dimensão imaterial da experiência prisional, suas rotinas e suas práticas cotidianas (BORGES; SANTOS, 2021, p.2).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, amplia o conceito de patrimônio, substituindo a antiga denominação de Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Esse novo olhar para a patrimonialização veio no sentido de reconhecer e promover a diversidade das formas de expressão culturais presentes em nosso país, que anteriormente não eram contempladas.

Essa redefinição está expressa no site oficial do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual apresenta a atual conceituação de patrimônio cultural como sendo: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (PORTAL IPHAN, PATRIMÔNIO CULTURAL)

No entanto, mesmo estando manifestado em nossa constituição que a noção de patrimônio cultural abarca o fazer, o criar e o viver de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ainda é notável que existe uma barreira quando se trata do reconhecimento e preservação das formas de expressão de grupos marginalizados como no caso dos encarcerados. Com base nos dados apresentados por Borges:

Na “Lista de bens tombados e Processos em andamento” do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 1938 e 2015, encontram-se apenas 27 bens relacionados ao patrimônio carcerário. A listagem mostra que a preservação dos locais destinados a punição no Brasil perpassa edificações do Período Colonial e parte do Imperial, referindo-se principalmente às antigas Casas de Câmara e Cadeia (BORGES, 2017, p. 288).

A partir dessa informação é possível refletir que os processos de tombamento de bens relacionados ao cárcere, no Brasil, tendem a contemplar os bens edificados, principalmente os que fazem parte do período Colonial e Imperial, que distam no tempo e remetem a um passado por vezes romantizado do cárcere. Algumas dessas antigas cadeias passaram por um processo de ressignificação e atualmente servem ao Turismo abrigando museus históricos, feiras de artesanato local e ruínas com visita guiada. Pode-se citar entre elas o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG e a Casa de Cultura Luiz Gonzaga em Recife-PE.

Existe ainda uma segunda via nos caminhos dos processos de patrimonialização mais recentes, datados pós década de 70 e a nível mundial, com a emblemática inclusão do campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na Lista do Patrimônio Mundial da

UNESCO, nessa gama de bens patrimonializados pode-se relatar os movimentos de preservação pautados pelo viés da história política. Do resgate das memórias de regimes ditatoriais, assim como os arquivos relacionados a presos e desaparecidos políticos. Essa gama se desenvolve a partir da concepção de que “patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana, mas uma noção que ressona no social através do dever de memória em relação a vítimas de crimes de Estado” (MENEGUELLO, 2014, p.54)

A partir desse novo olhar voltado ao dever de memória, as políticas públicas no Brasil também ganharam outras delineações, visando resguardar as memórias e denunciar os crimes políticos das épocas ditatoriais. Criando assim arquivos públicos, museus e exposições com a proposta de expor as arbitrariedades e abusos de um passado ainda recente do nosso país. Podendo-se citar o exemplo do Memorial da Resistência, museu situado na cidade de São Paulo que funciona no local que abrigava o antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, o qual é vinculado à Pinacoteca do Estado de São Paulo, sob gestão da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

No entanto, essas duas configurações de reconhecimento e preservação do patrimônio prisional não contempla a maior camada que compõe o sistema carcerário, e sim apenas as camadas que são socialmente mais aceitáveis de se resguardar as memórias, excluindo os grupos que estão à margem de nossa sociedade. Como bem ressalta Santos:

Nessa seara, a memória pública relacionada aos presos e às prisões comuns nos leva a outros contornos, ou seja, a jovens negros ou mestiços, pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade, analfabetos, sem acesso a imprensa, a justiça ou aos espaços de participação política, que são lembrados pela sociedade extramuros, quando a violências das rebeliões invadem os telejornais. (SANTOS in: CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p. 238)

É notório que as memórias ligadas ao cárcere estão atreladas a inúmeros pontos de fragilidade que geram grande incômodo em nossa sociedade, a qual deu manutenção a um sistema prisional sustentado por práticas fracassadas e obsoletas que juntamente com uma total falta de estrutura e mau planejamento por parte dos órgãos responsáveis, resulta em um histórico marcado por constantes conflitos violentos e tragédias envolvendo apenados e funcionários . Essa realidade desvela um cenário com o qual não se quer lidar, portanto, se torna mais conveniente manter longe dos olhos. Conforme expõe Borges:

Os processos de patrimonialização dizem respeito à maneira como as sociedades lidam com o passado distante, mas também evidenciam as relações estabelecidas com o passado recente e incômodo. As prisões dos séculos XX e XXI seguem em funcionamento e com frequência só são lembradas quando ameaçam a sociedade além muros (BORGES, 2021, p. 3)

Nesse contexto social, atravessado por visões ideológicas distintas que se fazem presentes nos debates acerca dos processos de patrimonialização em nosso país, é possível perceber a conflituosa tarefa de se trabalhar o patrimônio do cárcere enquanto elemento cultural. E nessa relação estabelecida entre o que mostrar e o que esconder, a realidade cotidiana, do viver e fazer, o que humaniza e aproxima a vivência do apenado com a do visitante vai perdendo espaço, diante da possibilidade de se apresentar um cenário espetacularizado.

De forma geral, percebemos dois caminhos emblemáticos. Em alguns casos a violência ocorrida no passado é suprimida ou apresentada aos olhos dos visitantes como um fato excepcional e distante do presente. Em outros, a transformação de prisões em monumentos reforça a separação entre a vida e o extramuros, com seus estigmas e divisão entre os mundos da ordem e da desordem. (BORGES; SANTOS in CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p. 238)

Segundo Borges e Santos (2020, p. 237), “[...] há uma tensão entre a realidade prisional e as narrativas constituídas para seduzir o público”. E essa é uma tendência mundial que ganha força à medida que o Turismo caminha para vender a “experiência” como um produto. Atualmente o termo “Dark Tourism” se popularizou para designar um segmento turístico que leva o visitante a ter contato com lugares que causem a sensação de medo, locais sombrios, aterrorizantes, relacionados à morte, crimes ou violência .

Visitas a cemitérios, cenas de crimes, casas assombradas, locais de aparições sobrenaturais, antigos manicômios e prisões, tornaram-se mais populares à medida que o Turismo explora a curiosidade mórbida desse público. E por consequência desse fenômeno, as visitas a espaços carcerários, principalmente os que tiveram seu passado marcado por algum fato trágico ou violento, começaram a crescer.

No entanto, cresce em medida desproporcional a espetacularização das visitas com forte apelo ao consumo do “dark”, em relação às propostas com intuito de sensibilizar o público, e com um olhar crítico voltado para o patrimônio prisional. Conforme relata Borges e Santos: “Nos Estados Unidos, por exemplo, país que lidera o ranking mundial em número de presos, as tentativas de usar os espaços de memória prisional para criticar e humanizar o sistema penal

caminham simultaneamente com estratégias caricatas de espetacularização” (BORGES; SANTOS in CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p. 237-238).

No Brasil, algumas instituições têm sido criadas, como o Museu do Cárcere da Ilha Grande (2009), o Museu Penitenciário do Rio de Janeiro (2011), o Museu Penitenciário Paulista (2014), e o Museu Penitenciário Frei Caneca (2017). São iniciativas incipientes que exploram o universo das marcas culturais deixadas pelo aprisionados ou trabalham a dinâmica do sistema carcerário brasileiro, porém carecem de maior incentivo para manterem suas portas abertas.

Nesse caminho, a valoração patrimonial de lugares marginais pode contribuir para a desestigmatização dos sujeitos a eles ligados, “para que sobre eles se pense e se discuta, ajudando a diminuir os muros visíveis e invisíveis que separam os de dentro e os fora” das instituições de confinamento (BORGES, 2018a. p.277).

É indiscutível que declarar determinado bem como patrimônio “muda imediatamente o olhar que se porta sobre ele; permite e proíbe certos gestos” (HARTOG, 2017, p. 46). E esse é o primeiro passo na valorização e preservação da memória de grupos que precisam ser incluídos nas políticas públicas de patrimonialização, pois já são naturalmente afastados de práticas sociais que poderiam contribuir para a sua reinserção na sociedade e ainda são invisibilizados a ponto de terem suas memórias, que é o pouco que lhes resta, apagadas das narrativas históricas.

1.2 Os lugares de memória de sofrimento, o dever de lembrar e os desafios do seu uso turístico

A memória é capaz de assumir um papel fundamental, quando pensamos no resgate do passado e na rememoração enquanto instrumento promotor de justiça. Conforme ressalta Rousso “na atualidade, podemos observar a hegemonia da memória entendida como um “valor”, por vezes oposto à história, o qual resulta em uma vontade da sociedade de agir sobre o passado, repará-lo, rejulgá-lo”(ROUSSO, 2007 apud MARCHI, 2019, p.7).

Tendo em vista esse fenômeno social que os processos de rememoração envolvem. Um movimento na contramão do esquecimento e apagamento de memórias tidas como sensíveis ou “inconvenientes”, começou a ganhar força no mundo todo. A partir do resgate de relatos orais, testemunhos, escritos, pesquisas documentais, entre outros meios de salvaguardar as memórias dos personagens que haviam sido colocados à margem nos processos de registros oficiais da

nossa história.

“Temos, então, uma nova formulação de dever de memória, relacionada à verdade e justiça”(HEYMAN, 2007, p. 21). Nessa equação o papel assumido pelo historiador, bem como pelo órgãos responsáveis pelo resgate dessas memórias vivas, está permeado da responsabilidade de trazer à tona passados que ficaram perdidos no emaranhado de conflitos políticos, sociais ou tabus vigentes no espaço/tempo os quais as narrativas oficiais foram construídas. Ainda nesse sentido, para Borges, “existem muitas maneiras de lidar com o passado e todas elas envolvem conflitos, interesses, relações de poder, apagamentos e exclusões. Rememorar o passado, selecionar dele o que deve ser lembrado, não é algo natural, mas um processo que envolve seleção” (BORGES, 2016, p.6). E ao longo dos séculos o processo de seleção e recorte da história apresentada como oficial, invisibilizou e marginalizou grupos massivos de nossa sociedade.

A partir da busca por justiça, pelo protagonismo de suas próprias histórias e pela tentativa de reparação das consequências que séculos de segregação puderam causar, que o “dever de memória” se constitui e ganha força dentro dos estudos do patrimônio. Porém, ainda que a sociedade tenha dado passos no caminho de assegurar a curadoria e divulgação das memórias de grupos antes excluídos das narrativas oficiais, não obstante é necessário pensar em questionamentos como este, levantado por Nora: “Por que preservar espaços e memórias cujos sistemas defasados estão ainda vigentes? Se os meios de memória pertencem ao passado, como preservar o passado que ainda nos é presente?” (NORA, 1993. p. 9).

Refletindo acerca desse questionamento, o qual mostra o quanto a nossa sociedade ainda perpetua e empodera velhos comportamentos já tão repudiados e torpes, reforça-se a necessidade utilizar da memória e do “dever de lembrar” como um mecanismo para ressignificar o presente. Porém, somente lembrar, sem questionar e refletir acerca dos padrões que se repetem e das dinâmicas sociais que dão manutenção a esse sistema, não faz sentido. Segundo Santos:

Nós vivemos em um período que se caracteriza pela exacerbação da memória, pela multiplicação de instituições, como arquivos, bibliotecas, museus e parques botânicos e zoológicos; por práticas cotidianas que fazem das coleções de objetos seus objetos de desejos; por jogos familiares em que álbuns, fotografias e imagens passam a ser suportes de lembranças; por políticas preservacionistas que cada vez mais se associam à indústria do turismo. Mas se algo foge à regra, neste quadro, e de forma exemplar, são as prisões. Delas nada se quer guardar. (SANTOS, 2013, p.222)

O patrimônio prisional pode ser categorizado em dois âmbitos como define Nora ao falar sobre “lugares de memória” como: “lugares marcados por uma multiplicidade, que podem ser “oferecidos pela experiência concreta”, ou como lugares abstratos; lugares “portáteis”, ou “topográficos”, ou ainda “monumentais” e “arquiteturais”. (NORA, 1993. p.21-22)

Trabalhar o patrimônio prisional enquanto lugar de memória do cárcere e dos indivíduos que orbitam nesse espaço surge como uma temática sensível no momento que reflete um debate de igual sensibilidade para a sociedade brasileira. Historicamente em nosso país o ambiente carcerário sempre assumiu uma configuração de exílio, exclusão, tanto no caráter espacial, pela escolha estratégica da construção de presídios em locais ermos, como por meio da exclusão social que os apenados estão condicionados pela barreira do cárcere.

A história do sistema prisional brasileiro vem marcada pelo crescimento exponencial da população respectiva, crueldades diversas, debilidade da presença do Estado, má gestão e desinteresse da sociedade. São traços que não podem, nem devem, ser apagados. Pelo contrário. Devem ser recordados, para que os erros do passado não se repitam, com a efetivação de políticas públicas adequadas. (AMARAL, 2016, p.291)

Mas “Como preservar “patrimônios difíceis, sensíveis e sombrios” (MENEGUELLO, 2014), “patrimônios marginais” (BORGES, 2017), que destoam do consenso ordinário, instituindo um recordar marcado pela repulsa e pelo medo”? (BORGES, 2018, p. 313). Nesse sentido, os processos de patrimonialização cultural encontram um grande entrave. Tanto com relação ao desinteresse por parte dos responsáveis pela elaboração de políticas públicas, quanto no que tange a uma massiva camada da sociedade que repudia qualquer movimento de preservação cultural associada à comunidade carcerária.

Esse impasse reflete na história do tempo presente, o patrimônio cultural e as discussões que cercam a memória e sua preservação, têm contribuído para fomentar o debate a respeito de passados que não passam, cujas consequências seguem reverberando no presente, constantemente apreendidas em disputas de memórias marcadas por usos políticos. (BORGES, 2018, p. 313)

Nesse sentido, cabe citar o pioneirismo da criação do Ecomuseu da Ilha Grande, que buscou “preservar a memória de práticas de violência e de arbitrariedade ética e moral, que são ou estereotipadas ou totalmente ignoradas pela sociedade”.(BORGES, 2017, p.287). Como bem

expõe Santos “a construção do museu, com sua primeira exposição –“Cem Anos de Presídio” –, representou uma experiência singular” (SANTOS, 2013, p.223). A historiadora que fez parte da equipe de curadoria e ajudou a implantar o projeto do museu conta que “o desafio então seria o de aumentar a sensibilidade do público quanto a sua responsabilidade na manutenção de um sistema que não cumpre a lei ao aplicar penas desumanas aos internos, colocando em risco sua dignidade e sobrevivência”.

A história das prisões de Ilha Grande é rica, apesar de desumana. Trata-se de local por onde passaram presos muito conhecidos, fosse por motivos políticos ou pela prática de delitos comuns, como por exemplo, Graciliano Ramos, Madame Satã (famoso malandro da Lapa nos anos 30), Nelson Rodrigues Filho e Rogério Lengruber, o “Bagulhão” (ex- líder da facção Comando Vermelho). (AMARAL, 2016, p. 325)

Ainda no que se refere aos Museus ou espaços de memórias em Penitenciárias brasileiras, cabe citar o Museu do Cárcere (RJ) e o Memorial da Penitenciária de Florianópolis (SC). Outros estados estão pensando em espaços de memória, como Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pernambuco. (BORGES, 2016, p. 290)

Outro exemplo, apresentado por Rahhal é a Ilha da Anchieta:

Na ilha funcionou um presídio onde abrigou criminosos de alta periculosidade. Em 1952, ocorreu uma sangrenta rebelião, com diversas mortes e mais de quatrocentos e oitenta fugas. Atualmente, o local é protegido pelo Parque Estadual da Ilha Anchieta. Mesmo o presídio estando em ruínas, realizam-se visitas guiadas e os visitantes podem interagir com o que restou das celas antigas. Pinturas e rabiscos feitos pelos presos nas paredes do local foram preservados. (RAHHAL, 2020, p.534)

Segundo Rahhal, “a iniciativa de grupos sociais que tentam manter viva a história - muitas vezes brutal - que esses elementos carregam, é de extrema relevância para a preservação do patrimônio carcerário” (RAHHL, 2020, p.531). Apesar dos entraves impostos pelas instâncias oficiais, o debate sobre a importância que estes espaços representam para nossa sociedade ainda se faz presente. Como bem expõe Santos:

Qual o sentido de criarmos um museu do cárcere? A quem ele interessaria? Para que experiências do passado tenham impacto sobre o presente é preciso que haja certa continuidade entre elas. Museus e memoriais costumam apresentar ao público uma representação de algo que ocorreu em um tempo distante e que, na maior parte das vezes, não mantém vínculo com as práticas do presente. (SANTOS, 2013, p.228)

Essas experiências oferecidas pelos museus, precisam fazer sentido ou despertar reflexão no público, para surtam efeito em um processo de criticidade e desvelem um novo olhar para os personagens que compõem o espaço prisional.

Os projetos públicos para novos usos de espaços penitenciários, ou até mesmo os processos de musealização que lidam com memórias difíceis e marcadas por acontecimentos que envolvem a memória coletiva, por vezes traumática, precisam ser tratados com um olhar cuidadoso e uma sensibilidade maior, por parte de seus idealizadores e curadores.

As noções de dívida com o passado e de dever para com as futuras gerações estão diretamente associadas com os processos de patrimonialização de lugares relacionados com acontecimentos traumáticos. Assim, diferentemente de tratar de bens culturais que remetem a antigas sociedades temporalmente afastadas de nossa realidade, as demandas patrimoniais contemporâneas têm trazido à tona acontecimentos que marcaram o passado recente (MARCHI, 2019, p.12).

Para Casarin e Castriota, “tais sítios carregam memórias de opressão, dor, sentimento e de episódios que muitos gostariam de fingir não terem ocorrido –e alguns o fazem” (CASARIN; CASTRIOTA, 2020, p. 7). Porém, é a partir das memórias desses acontecimentos, que a sociedade se permite pautar o que não pode e não deve ser repetido.

Assim, sob este panorama complexo, os lugares de memória de sofrimento abarcam uma gama de discussões do nosso tempo e promovem inúmeras indagações: de que forma estamos trabalhando com esses lugares no que se refere à transmissão das memórias referentes a uma experiência coletiva dolorosa? (MARCHI, 2019,p.16)

Será sempre um desafio tratar de um tema no campo do estudo de história que traz experiências de sofrimento, sobretudo, quando esse tratamento envolve criar uma dinâmica de aula de campo com a preocupação de abrir possibilidades a uma aprendizagem crítica e consistente. (LIMA, 2018, p.106). Os espaços prisionais, quando entendidos como patrimônio cultural, se distanciam da definição tradicional de “herança cultural”, se inserindo na categoria do que podemos chamar de “novos patrimônios” (POULOUT, 2006 apud BORGES, 2018, p. 3). Nesse sentido demandam um cuidado especial no sentido de transpor essas memórias para quem está às absorvendo.

Também podem ser lidos como patrimônios dissonantes, carregados de embates

éticos, oscilando entre tentativas de preservação e a condenação ao esquecimento. O termo “Patrimônio dissonante” tenta delinear as especificidades de um patrimônio marcado por contradições, pensando “suas repercussões, visto que a dissonância refere-se à discordância ou à falta de acordo e consistência quanto ao seu significado (BORGES, 2018, p. 03).

Porém, no âmbito global, esses lugares de memórias do sofrimento também são atingidos pelos desafios sob os quais os patrimônios culturais são colocados na atualidade: a turistificação e a espetacularização excessiva. (MARCHI, 2019, p.16). A partir da proposição de Marchi, é possível transitar por duas linhas de abordagem que o processo de ressignificação pode acabar seguindo. Um deles promovendo a exacerbação das memórias relacionadas ao passado violento e macabro do confinamento e outro no caminho do apagamento das narrativas dos personagens do cárcere, restando apenas o patrimônio de pedra e cal, esvaziado de sentido.

Além das questões simbólicas, vale ainda destacar os impasses burocráticos, como lembra Marchi: “Também, existem processos de reconhecimento que expressam a morosidade e a resistência do poder público de diferentes países na criação de políticas públicas de memória e preservação de remanescentes materiais de um passado incômodo” (MARCHI, 2019,p.14).

A partir deste panorama inicial, conclui-se que o processo para se lidar com o patrimônio sensível é extremamente complexo, multiestratificado e necessita de diversas etapas, pessoas e instituições aptas a trabalharem em confluência, para desenvolverem um trabalho coeso em si mesmo e coerente com as perspectivas universais dos direitos humanos básicos, um dos quais é a identidade e o pertencimento. (CASARIN; CASTRIOTA , 2020, p. 17)

É inegável os inúmeros desafios ao se trabalhar de maneira responsável e comprometida com a temática dos “lugares de memória” que envolvem o patrimônio sensível ou traumático. As memórias coletivas são um campo vasto e repleto de emaranhados que despertam os mais diversos e profundos sentimentos. Lidar com o planejamento de um local carregado de simbolismos, precisa ser um trabalho de muita entrega e profícuo estudo, no sentido de entregar uma experiência que reverbere em reflexão e profunda empatia.

2. O CARANDIRÚ, A TRAGÉDIA, E O PARQUE

No capítulo dois será apresentada a história do Carandiru enquanto marco emblemático e simbólico no imaginário nacional sendo a maior tragédia do sistema carcerário na história do Brasil. Bem como, será mostrado o caminho que foi percorrido para que a maior casa de detenção da América Latina, viesse a ser ressignificada enquanto um parque de lazer e turismo.

2.1 A História do Carandiru como Tragédia

Era uma sexta-feira, 2 de outubro de 1992, às vésperas das eleições municipais no Brasil, os três candidatos melhor posicionados para o pleito de São Paulo eram Paulo Maluf (PDS), Eduardo Suplicy (PT) e Aloysio Nunes (PMDB). O candidato do PMDB era apoiado pelo então atual governador de São Paulo Luís Antônio Fleury Filho e ocupava nas pesquisas a terceira colocação em intenções de voto, com Maluf e Suplicy praticamente empatados na disputa. Esse era o cenário político e dos noticiários na capital paulista naquele dia no extramuros. No entanto, na Casa de Detenção do Carandiru, o evento que movimentava aquela sexta-feira, era a final do campeonato de futebol dos apenados, que lotava o pátio do pavilhão 9, e consagrava o “Cascudinho”, como time vitorioso da competição.

A disputa acontecia no pavilhão 9, que era o prédio destinado a presos em situação de réu primário, em sua maioria jovens e acusados de crimes de baixa periculosidade. Estima-se que cerca de 2.700 apenados ocupavam o pavilhão nessa época, dos 7,257 presos que viviam no Carandiru naquela data, segundo dados extraídos do site da Agência Brasil. (CRUZ, 2017, AGÊNCIA BRASIL). O pavilhão não era considerado o mais problemático da penitenciária, no entanto, acontecia frequentemente alguns conflitos de baixa repercussão. Naquele dia, relatos contam que uma briga no segundo andar, entre dois presidiários foi o estopim para uma confusão generalizada que evoluiu para um princípio de rebelião.

Em entrevista publicada pelo Portal do Jornal El País, no ano de 2017, o ex-apanado e sobrevivente do massacre Sidney Sales contou detalhes do dia:

“Começaram a rolar uns rumores de que estava tendo uma briga no segundo andar do pavilhão entre dois presos, o Barba e o Coelho”. Até então “tudo normal”, conflitos eram comuns no prédio, que abrigava réus primários e “inexperientes” em seus cinco pavimentos. Um dos envolvidos na briga ficou gravemente ferido e não foi removido pelos agentes penitenciários,

o que gerou revolta na população carcerária. “Ele tinha muitos companheiros, e deixaram ele lá, sangrando no chão. Aí começou a revolta”, afirma. Rebeliões também eram comuns naquele tempo: “Eu já tinha participado de outras duas na Casa de Detenção, então sem novidade”

(ALESSI, 2017, ELPAIS)

Quando se busca pelos fatos ocorridos no dia, encontram-se diferentes versões dos acontecimentos. A versão oficial dada pela Polícia Militar relata que o então diretor da Casa de Detenção, José Ismael Pedrosa, acionou a Polícia Militar após perceber que a situação havia se agravado. Nesse momento os presos já haviam atado fogo a colchões e a confusão estava generalizada. Após o chamado, sob o comando do Coronel Ubiratan Guimarães, um efetivo de cerca de 300 homens chegou à penitenciária.

A princípio o Coronel não acreditou ser necessário entrar no pavilhão com toda a força policial e delegou que 86 homens entrassem para conter a rebelião. No entanto, os policiais contam que a situação fugiu do controle, necessitando assim, que o restante da tropa invadisse o presídio para dar reforço. Segundo a PM, o segundo grupo foi recebido pelos presos com objetos cortantes e tiros, o que motivou que a polícia “abrisse fogo” contra os apenados.

No entanto, a versão dos sobreviventes deflagra um cenário bem diferente do exposto pela PM e autoridades envolvidas no caso. Segundo eles, já havia se iniciado um princípio de rendição e negociação com o diretor do presídio. E muitos presos, já estavam sem posse de suas armas (armas essas, que configuravam apenas objetos cortantes feitos artesanalmente dentro da cadeia). Os apenados relatam ainda que a polícia entrou com efetivo total, empunhando forte armamento e inclusive sob o apoio da cavalaria.

Segundo a PM, os policiais invadiram o pavilhão e entraram em choque com os presos em legítima defesa, após terem sido recebidos violentamente. No entanto, a versão dos apenados e da perícia, confronta totalmente a versão da polícia.

O efetivo teria invadido a penitenciária usando munição letal, e atirando na intenção de matar e não de conter. Fato que a perícia reforça ao atestar que os apenados foram atingidos quase em sua totalidade na cabeça ou no tórax. E que os policiais não usaram munição de contensão em nenhum momento e sim armamento de grosso calibre.

Sales conta que: “À medida que a tropa ia subindo, presos dos andares inferiores começavam a chegar ao quinto andar. Eles diziam que a polícia não estava usando balas de borracha”. (ALESSI, EL PAIS, 2017)

Segundo o perito criminal Osvaldo Negrini, que analisou o local da chacina, os indícios mostram que não houve confronto violento conforme relatado pelos policiais, já que apenas 26 dos 111 mortos foram encontrados fora de suas celas. Assim sendo, a maioria dos apenados foram executados dentro das celas sem possibilidade de reagir.

Alguns anos após o ocorrido, em um documento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), após vasta análise e acompanhado do caso, considera-se o ocorrido um “massacre”. No documento a comissão relata o que aconteceu na tarde daquele dia:

Segundo dados que os peticionários apresentaram e o Estado não contestou, os juízes supervisores foram chamados pelo diretor da prisão tão logo se deu o alarme às 14h15, ao mesmo tempo em que se convocaram as autoridades policiais. Às 14h30 chegou o comandante Ubiratan Guimarães, chefe da Polícia Metropolitana de São Paulo, com três tropas de assalto, inclusive cães, pelotões de choque e o batalhão Rota, especializado em combates de grande violência. O Secretário de Segurança transferiu nesse momento a autoridade sobre a prisão para o comandante Guimarães. (...). O governador [do estado de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho] encontrava-se nesse momento fora da cidade e aparentemente só foi informado da rebelião às 17h35 (CRUZ, AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Sales conta que pedia calma aos demais detentos. “Mas não tinha como. Da forma como fomos surpreendidos pela tropa, qualquer um entrava em pânico”, lembra. Pouco antes dos policiais chegarem ao quinto andar, ele e um grupo de detentos tentaram se refugiar em uma espécie de caixa d’água no telhado. Uma rajada de metralhadora fez com que mudassem de ideia: “Um helicóptero da polícia deu um rasante atirando sem dó, aí desistimos e voltamos pra dentro” (ALESSI, EL PAIS, 2017).

Sydnei ainda relata que quando os policiais finalmente chegaram ao quinto andar, ele e outros presos se fecharam na cela. “Tinha 10 pessoas dentro da cela, todas agachadas rezando cada uma pro seu deus. Eu não fiz diferente. Me ajoelhei e comecei a orar o salmo 91”, lembra. Um policial disparou algumas balas pela portinhola de abertura da porta. Uma delas ricocheteou na parede e terminou na nuca de um dos presos. “Estevão morreu do meu lado sem dar um grito, foi morte instantânea. Começou a se formar uma poça de sangue, e aí veio o pânico”, afirma. O policial autor dos disparos perguntou quantos detentos estavam no local. Assustados, os presos se calaram. “Ele disse que ia atirar de novo se ninguém respondesse, e foi aí que eu falei que éramos em 10 lá dentro”(ALESSI, EL PAIS, 2017)

O médico Drauzio Varella, que na época trabalhava com prevenção à Aids no complexo, narra em seu livro *Estação Carandiru*, o que ouviu dos presos dos demais pavilhões: “Passava das três da tarde quando a PM invadiu o Pavilhão 9. O ataque foi desfechado com precisão militar: rápido e letal. A violência da ação não deu chance para defesa”, relata ele. E acrescenta que “cerca de meia hora depois da entrada da PM, as “metralhadoras silenciaram”. (VARELLA, 1999)

Após a execução, a polícia havia então dado ordem aos demais presos que permaneciam em suas celas, para que se despissem e saíssem com as mãos para o alto, em direção ao pátio. Nesse momento o cenário era de guerra dentro do pavilhão 9, com centenas de corpos amontoados nas celas. Ao sair, Sales se deparou com uma cena horrenda. Dezenas de corpos estirados no chão, “alguns ainda vivos, gritando e gemendo”. Quando estava caminhando sobre os corpos, uma voz familiar chamou seu nome: “Ney, ney!”. “Era um amigo meu. Ele havia sido baleado no rosto e estava totalmente deformado. Não tive coragem de parar para ajudar nem de olhar para ele, estava horrível, um olho havia sido arrancado”, lembra com a voz embargada. (ALESSI, EL PAIS, 2017)

Na passagem até o pátio, os presos sobreviventes ainda foram agredidos pelos policiais que formavam fila dupla e desferiam golpes de cassetete e coronhadas contra os apenados. Sales ainda conta que o elevador do pavilhão havia sido danificado durante a rebelião pelos detentos. “Os policiais abriram as portas, e de cada 10 presos que passavam eles empurravam dois ou três no fosso. Imagina, uma queda de cinco andares... Quando vi que estavam fazendo isso mudei meu lugar na fila pra ficar mais perto da escada e escapar do vão”. (ALESSI, EL PAIS, 2017)

Figura 1: Contagem dos presos no pátio do pavilhão 9



Fonte: Portal de notícias Correio Braziliense, 2021

Após a contagem dos presos no pátio do pavilhão, os próprios apenados foram responsáveis por carregar os corpos das vítimas de dentro do prédio para onde se encontravam os carros do Instituto Médico Legal. Entre os corpos estavam também presidiários gravemente feridos que chegaram a óbito posteriormente devido a falta de socorro. Sidney Sales relata ainda que companheiros de cela que ajudavam na remoção dos corpos, foram mortos por policiais como “queima de arquivo” do ocorrido.

O perito criminal responsável pelo caso, Osvaldo Negrini, segundo reportagem do Jornal O Tempo, em seu depoimento no dia do julgamento, relatou que ao chegar no local encontrou a cena do crime totalmente alterada. Muitos corpos já haviam sido retirados, e uma “limpeza” foi realizada no pavilhão. Além disso, ele contou que o trabalho da perícia foi dificultado por cortes intencionais de energia elétrica que prejudicaram o andamento da coleta de provas. (REDAÇÃO, O TEMPO, 2014)

Como tentativa de minimizar o resultado da ação policial na Casa de Detenção, também foi omitido da imprensa e dos familiares dos apenados os fatos reais do ocorrido. O diretor da penitenciária a princípio havia relatado um número total de 8 vítimas. No entanto, a movimentação de carros do IML que entravam e saiam do presídio, denunciava uma realidade bem diferente.

Familiares em busca de notícias, começaram a se aglomerar na frente da penitenciária e chegaram a entrar em conflito com a polícia que tentava afastar os mais exaltados. Até a manhã do sábado, nenhuma notícia oficial havia sido divulgada e ninguém havia feito um pronunciamento às famílias que ali estavam.

O cenário político da data, que antecedia um pleito eleitoral, pode ser considerado como um forte motivador da omissão dos fatos, no sentido que uma ação policial desastrosa de tamanha repercussão, poderia ter forte influência sobre os eleitores. Principalmente impactando negativamente o candidato apoiado pelo atual governador do estado, o qual seria diretamente responsabilizado pela omissão no caso.

Noticiários e jornais de grande audiência e circulação, se posicionaram a respeito do ocorrido apenas no dia 3 de outubro, com informações ainda imprecisas sobre o número de mortos e sobre a magnitude da chacina. Baseando-se apenas nas informações relatadas pela PM e direção da penitenciária.

Em reportagem de Isabela Assumpção, para o Jornal Nacional, a rede globo mostrou imagens da operação policial, com a tropa de choque entrando na Casa de Detenção, com cães, forte aparato e helicópteros com atiradores de elite sobrevoando e dando reforço à tropa. A matéria também mostra os apenados ateando fogo a colchões e roupas, e agitando das janelas lençóis com frases que pediam por seus direitos. Mostra alguns apenados tentando fugir pelo telhado em meio a confusão. Relata ainda a saída de viaturas policiais por volta de 4h da madrugada sob fortes vaias de familiares que se aglomeravam, muito nervosos em busca de notícias de seus entes.

Imagens mostram atritos entre a polícia e os parentes dos apenados, que viam os carros do IML, Instituto Médico Legal, sair a todo instante da penitenciária, no entanto as informações repassadas pelo diretor da Casa eram de que as vítimas fatais eram apenas 8 pessoas. A repórter fala ainda, que as informações extra oficiais vindas de hospitais e postos do Instituto Médico Legal, especulavam que os números reais poderiam estar acima de 100 vítimas. E que o relatório oficial sairia ainda na tarde do dia 3 de outubro divulgado pelo Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Por fim, a reportagem mostra a fala do diretor do Carandiru que lamenta as mortes, mas fala que “o que deve ser apurado é se a ação policial foi uma ação adequada naquele momento.” Referindo-se a rebelião. (ASSUMPÇÃO, JORNAL NACIONAL, MEMÓRIA GLOBO, 1992)

Figura 2: Tropa de Choque em frente a Casa de Detenção



Fonte: Portal de notícias Isto é, 2014.

Jornais de grande circulação nacional como: O Globo e a Folha de São Paulo, também noticiaram o caso. Evidenciando a princípio a versão dada pela PM e autoridades da Casa de Detenção e no dia seguinte, mudando o enfoque e já tratando o ocorrido como um “massacre”, após o vazamento dos reais números pelo o Instituto Médico Legal.

Figura 3: Reportagem da Folha de São Paulo, 3 de Outubro

Rebelião no Carandiru mata pelo menos 8

Incidente começou no pavilhão 9, quando presos tentaram matar companheiro; número de mortes pode ser maior

Da Reportagem Local

Uma rebelião de presos no pavilhão 9 (onde ficam os detentos mais perigosos) da Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru, zona norte, deixou pelo menos oito detentos mortos e 15 policiais feridos, entre eles o coronel Ubiratan Guimarães, comandante do policiamento metropolitano, atingido por uma bomba caseira. O número de mortos foi fornecido às 19h30 por funcionários do Pronto-Socorro de Santana.

A Secretaria de Segurança Pública não confirmou o número de mortos até as 23h30 de ontem. A PM também não forneceu o número de presos feridos no confronto.

O diretor da prisão, José Inácio Pedrosa, disse que a causa da rebelião foi uma briga entre quadrilhas. Segundo Darcy da Silva, presidente do Sindicato do Sistema Prisional de São Paulo, a rebelião começou quando presos do pavilhão 9 tentaram matar um detento, que trobrou na confusão e identificado apenas pelo apelido de “Camaleão”. As informações dos agentes penitenciários passadas a Darcy davam conta de que a desavença com “Camaleão” começou a partir de um “aceno” de



Nove PMs são feridos a tiro

Da Reportagem Local

Segundo a versão oficial da Polícia Militar, a rebelião começou com uma bomba caseira. Os detentos começaram a queimar e a incendiar o pavilhão 9, dominando todos os flâtes. A PM não confirmou o número de feridos entre os detentos. Nenhum policial militar morreu.

Ao todo foram 14 feridos, entre eles o coronel Ubiratan, comandante do Policiamento Metropolitano de São Paulo - atingido por uma bomba caseira. 5 PMs foram feridos a tiros nas pernas e braços. O sargento Antonio Luiz, do 1º Batalhão de Polícia, foi ferido na cabeça de raspão. Os outros cinco PMs foram feridos com facas, balas e pedras. O sgt. Marcos Fêres Frederico, traumático, também foi ferido.

Policial ferido com um tiro durante a rebelião na Casa de Detenção, no Carandiru, é socorrido por um carro da Rota

Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 1992

Figura 4: Reportagem do Jornal O Globo, 3 de Outubro

Revolta em prisão paulista deixa 8 presos mortos e 8 PMs feridos

SÃO PAULO — Uma prisão metropolitana e uma policia de segurança foram deixadas sob o controle de uma rebelião de presos na Casa de Detenção de São Paulo, a maior e mais antiga penitenciária do Estado de São Paulo, ontem.

O diretor da prisão, José Inácio Pedrosa, disse que a causa da rebelião foi uma briga entre quadrilhas. Segundo Darcy da Silva, presidente do Sindicato do Sistema Prisional de São Paulo, a rebelião começou quando presos do pavilhão 9 tentaram matar um detento, que trobrou na confusão e identificado apenas pelo apelido de “Camaleão”. As informações dos agentes penitenciários passadas a Darcy davam conta de que a desavença com “Camaleão” começou a partir de um “aceno” de



Fonte: Acervo Jornal O Globo, 1992

Figura 5: Reportagem do Jornal O Globo, 4 de Outubro



Fonte: Acervo Jornal O Globo, 1992.

Figura 6: Reportagem de capa O Estado de São Paulo, 4 de Outubro



Fonte: O Estado de São Paulo, 4 de Outubro de 1992

Nos dias que se seguiram, os detalhes que denotavam a crueldade da ação policial, começaram a circular nacional e internacionalmente, despertando a atenção da população e de

entidades de proteção dos Direitos Humanos. As denúncias partiam de diversas fontes e escancaravam as atrocidades cometidas pela polícia.

Em entrevista para a Folha de São Paulo, Maria Isabel, freira membro da pastoral carcerária, e Reardon padre da mesma instituição, afirmaram que a polícia tentava identificar os corpos através de impressão digital. "Estão tão desfigurados que fica difícil identifica-los", disse o padre. Os dois dizem que a queima e destruição de arquivos no pavilhão também dificultam as identificações.

Alguns presos me disseram que, à noite, todas as luzes foram apagadas e os corpos removidos disse Maria Isabel. Ainda segundo ela, os presos estão com muito medo e ajudam a cuidar dos companheiros feridos. "Consegui avisar a família de 50 presos. Alguns estavam bem e outros haviam morrido. O massacre e a ação da polícia foram tão exagerados que até os funcionários e guardas da Detenção estão chocados. Eles não atrapalham a entrada da pastoral e ainda estão tentando ajudar os feridos, disse a freira. (ACERVO ONLINE, FOLHA DE SÃO PAULO, 1992)

Figura 7: Reportagem de Capa O Estado de São Paulo, 6 de Outubro



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de São Paulo, 1992

Figura 8: Reportagem de Capa O Estado de São Paulo, 6 de Outubro



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de São Paulo, 1992

Diversas instâncias do executivo e legislativo brasileiro, juntamente com a OAB-SP, Organização dos Advogados do Brasil, que formou uma comissão para investigar o caso, cobravam explicações do Secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos e dos responsáveis pela desastrosa condução na operação, em especial o Coronel Ubiratan Guimarães. No ano de 1993 o Secretário foi exonerado do cargo, no entanto, especula-se que a decisão poderia ter sido um acordo entre o Secretário e o então governador Fleury Filho, que havia sido poupado da responsabilização, no momento que Campos assumiu que não havia conseguido fazer contato com o governador, antes de dar o comando para a invasão do presídio.

Um indício da recompensa por ter se mantido calado teria sido a indicação de Campos à lista de candidatos a uma vaga de juiz no 5º Constitucional do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 1993. O nome do ex-secretário teria terminado na lista devido a uma jogada orquestrada por Fleury e o então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Odir Pinto Porto. (REDAÇÃO, CARTA CAPITAL, 2013)

O Coronel Ubiratan Guimarães, assumiu a acusação, e foi indiciado como réu no processo. No entanto, nos anos seguintes, iniciou a carreira política, lançando-se candidato à câmara dos deputados e foi eleito, com votação expressiva para Deputado Estadual do Estado de São Paulo, usando o identificador 111 na sua campanha eleitoral.

Após quase uma década do massacre, nenhum julgamento havia ocorrido. A primeira das

condenações foi acontecer apenas no ano de 2001. Com o Coronel Ubiratan Guimarães sendo considerado culpado pela morte de 102 dos 111 apenados, somando pena de 632 anos de prisão. A defesa recorreu da sentença e ela acabou sendo revertida no ano de 2006. Segundo a Agência Brasil: “Os outros julgamentos aconteceram entre os anos de 2013 e 2014. Por ser um processo que envolvia uma grande quantidade de vítimas e de réus, o julgamento foi desmembrado em quatro partes. Ao final delas, 73 policiais foram condenados pelas 111 mortes.” (CRUZ, AGÊNCIA BRASIL, 2017)

A defesa dos policiais recorreu da sentença ao Tribunal de Justiça de São Paulo, solicitando a anulação do julgamento sob a alegação de que seria impossível responsabilizar individualmente cada policial, já que não se tinha como provar quem havia realizado cada disparo que ocasionou as mortes. Dessa forma, nenhum policial envolvido respondeu pelos crimes no momento. Sofrendo apenas sanções administrativas. Novos julgamentos de embargos ainda tramitam no STJ, Superior Tribunal de Justiça, porém sem desfecho.

Durante os anos que se seguiram até sua total desativação, pontualmente a mídia relembra o massacre do Carandiru a cada 2 de outubro. Os enfoques jornalísticos das pautas por vezes se concentravam em detalhar a violência e crueldade da chacina, por vezes exploravam uma narrativa sobrenatural sobre o pavilhão e os relatos de funcionários e apenados que eram assombrados pelas almas dos que morreram. Todavia, os debates aprofundados sobre a responsabilização do Estado e sobre a falência do sistema carcerário brasileiro, se perdiam em meio a um emaranhado de narrativas sensacionalistas e espetacularizadas.

A Casa de Detenção do Carandiru foi desativada completamente no ano de 2002. Decisão motivada após uma megarrebelião ocorrida no estado de São Paulo, que envolveu uma ação coordenada por facções em 29 unidades prisionais de 22 cidades do estado.

Na manhã do dia 8 de dezembro de 2002, o então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, acionou os detonadores que implodiram os pavilhões 6, 8 e 9 da Casa de Detenção. Em matéria para o Portal do Governo de São Paulo, Alckmin falou que a implosão marca uma “nova era” no sistema prisional de São Paulo. E finaliza a entrevista dizendo: “O Carandiru morreu como viveu. Sem deixar saudades nem trazer boas lembranças”(PORTAL DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO, 2002). As imagens da implosão do Carandiru, foram transmitidas ao vivo pela mídia como um espetáculo a ser comemorado. Representando uma “pá de cal” sobre as memórias difíceis de serem confrontadas do local.

Figura 9: Implosão do Carandiru



Fonte: Portal SBTpedia, 2017.

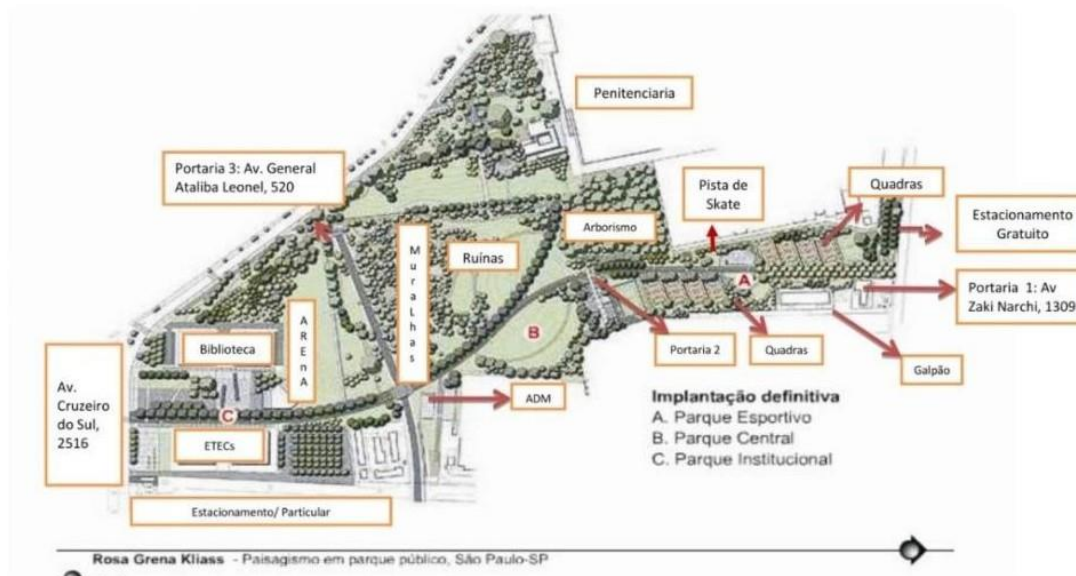
2.2. A Transformação em Parque da Juventude

No ano de 1999 o Governo do Estado São Paulo lançou um concurso para selecionar o projeto arquitetônico e paisagístico que viria a transformar o Complexo do Carandiru, que estava em planejamento de desativação, no Parque da Juventude. Diversos escritórios e arquitetos participaram desta seletiva, que foi considerada uma grande oportunidade para expor o talento e trabalho da equipe escolhida.

O projeto da arquiteta paisagista Rosa Kliass, com co-autoria de José Luiz Brenna, em conjunto com o grupo Aflalo/Gasperini foi o vencedor do concurso, com uma proposta de ressignificar o local, e oferecer um espaço institucional e também de convivência e lazer para os moradores da zona norte de São Paulo, no bairro Santana e visitantes em geral.

A ideia previa a organização de três grandes setores: o primeiro, composto por uma área esportiva, com quadras e para prática de esportes; o segundo, uma área central, que contempla trilhas e caminhos ajardinados e o terceiro, a área institucional, com apelo cultural, da qual fazem parte o Etec Parque da Juventude e a Biblioteca de São Paulo.

Figura 10: Mapa do Parque da Juventude



Fonte: Agência Universitária de Notícias, 2019

No ano de 2002, após a desativação da Casa de Detenção, e transferência dos apenados para outras instituições no estado, o projeto começou a ser colocado em prática. Alguns pavilhões foram implodidos para dar espaço a áreas esportivas e de lazer e os pavilhões 4 e 7 foram mantidos e transformados em área institucional. Somente foi mantida a Penitenciária Feminina do Estado, que seguiu funcionando no local.

A primeira etapa da obra foi concluída no ano de 2003 e foi responsável pela mudança paisagística do espaço, uma ampla área de 35 mil metros quadrados foi projetada integrando áreas gramadas para caminhada e contemplação, com as quadras poliesportivas e as pistas de skate.

Figura 11: Pistas de Skate



Fonte: Blog Live, 2021

Parte das estruturas e ruínas de antigos pavilhões do complexo penitenciário, que não chegaram a ser finalizadas, foram preservadas e adicionadas de decks para fazer a interligação de espaços do parque, que podem servir também de observatórios e áreas de convívio.

Figura 12: Estruturas do antigo presídio, atualmente decks de interligação



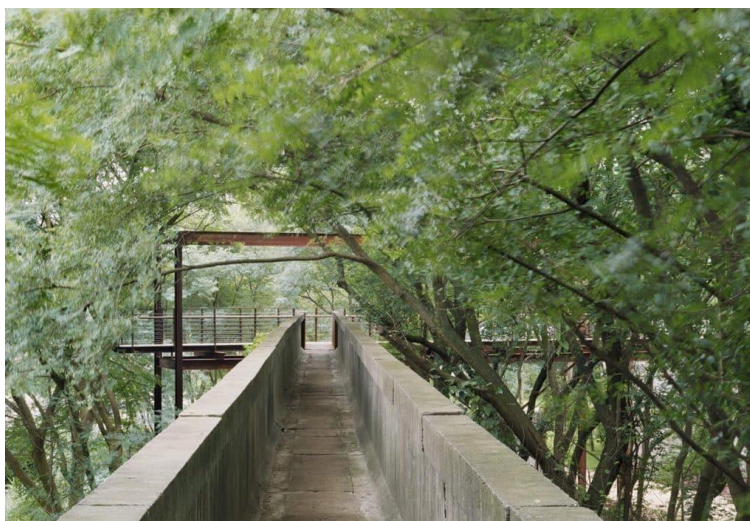
Fonte: Site Arch Daily, 2017

A segunda etapa da obra, responsável pela reestruturação da área central, foi entregue em 2004. De acordo com os idealizadores, o espaço foi pensado para promover a contemplação. Foram preservadas como marcas históricas do antigo Carandiru as estruturas de alguns dos prédios, que com o tempo, “foram tomadas pela vegetação do tipo trepadeira, o que deixou o local com um aspecto natural de ruína”, relatam os arquitetos para a Revista Projeto. De acordo com o co-autor do paisagismo do parque José Luiz Brenna:

Nossa proposta era criar um oásis urbano , onde os visitantes pudessem sentar à sombra das árvores para ler um livro ou descansar. Essa intenção justifica a ausência de infra-estrutura para atividades físicas no parque Central. Os únicos equipamentos existentes ali são os bancos de concreto com encosto de madeira e os cestos de lixo em aço inoxidável. (REVISTA PROJETO, EDIÇÃO 299 , 2005)

A muralha de 7 metros de altura e 300 metros de extensão, que servia de posto de vigilância dos edifícios prisionais, foi mantida e acrescida de escadarias feitas em aço e madeira, estilo industrial. Esse conjunto foi idealizado para costear a margem do córrego carajás que premeia o parque, e permitir uma vista panorâmica do conjunto.

Figura 13: Estruturas do antigo complexo penitenciário e atual observatório



Fonte: Blog Live, 2021

O Parque conta ainda com algumas estátuas e monumentos como: O Peregrino de Santiago de Compostela, Espheropeia, Sonho de Liberdade e o Marco da Paz. As três últimas obras fazem alusão ao passado Parque, representando de forma dicotômica o antigo e atual cenário.

Espheropeia, é uma obra do artista plástico Gilberto Salvador feita em fibra de carbono, com 3 m de diâmetro x 5 m de largura x 8 m de comprimento. A instalação foi inaugurada em 2014 e de acordo com o artista:

Ela é a representação da vida que sempre se renova, Espheropeia tem a forma de um animal pré-histórico com cinco tentáculos, que vomita 10 toneladas de granito. “Um Animal” devolve à Terra elementos minerais em forma de pedras brutas, o que nos leva a pensar na movimento de renovação da vida, onde elementos que já foram, voltam a ser” (TCMAGAZINE, 2014)

Figura 14: Espheropeia



Fonte: TMC Magazine, 2014

Figura 15: Monumento ao Peregrino Compostela



Fonte : Site Áreas Verdes da Cidade, 2017

Figura 16: Estátua Sonho de Liberdade



Figura 17: Marco da Paz



Fonte: Agência Universitária de Notícias, 2019

A área Institucional, com 120 mil metros quadrados, é o espaço no qual se localizam as ETECs e a Biblioteca de São Paulo. Sua entrega à população aconteceu no ano de 2007 e 2010 respectivamente. Fazendo parte do programa governamental que objetiva a formação de profissionais de nível técnico no Estado de São Paulo, a ETEC Parque da Juventude foi uma das implementações planejadas visando o estímulo às atividades educacionais no espaço reforçando a sua ressignificação.

O conjunto de edifícios foi criado pelo escritório Aflalo/Gasperini de arquitetura e deu aproveitamento para os antigos pavilhões 4 e 7.

Figura 18: À esquerda Carandiru (antigo pavilhão 4). À direita (ETEC)



Fonte: Agência Universitária de Notícias, 2019

No prédio da ETEC, localiza-se ainda o Espaço de Memória do Carandiru, uma iniciativa do Curso Técnico de Museologia, que tem como objetivo salvaguardar a memória dos moradores do antigo Complexo Penitenciário Carandiru. Foi constituído em 2007 e resgatou um acervo de objetos, fotografias e diversos tipos de referências memoriais do cotidiano da Casa de Detenção do Carandiru. Os idealizadores do projeto explicam que:

A missão é oferecer ao público em geral informações de caráter histórico, social e cultural sobre o Carandiru, organizadas em exposição permanente e em

exposições temporárias; propiciar, a estudantes e estudiosos, programações específicas relativas à memória do Carandiru; desenvolver trabalho educativo junto à população em geral. Visão Ser um centro de referência nas questões referente ao Complexo Penitenciário Carandiru pelo viés de sua história, buscando preservar as relações daqueles que o habitaram, por meio da pesquisa, da discussão e da comunicação, estimulando a inclusão social. (SITE ESPAÇO MEMÓRIA CARANDIRU, ESTRUTURA, MISSÃO, VISÃO)

O Espaço de Memória do Carandiru está aberto à visitação do público, mediante agendamento prévio disponível no site oficial. O site ainda possui uma galeria de imagens do acervo, em alta qualidade, e disponibiliza para download os trabalhos de conclusão do Curso de Museologia que apresentam temáticas que dialogam com as Memórias do Carandiru.

Figura 19: Filtro de Barro

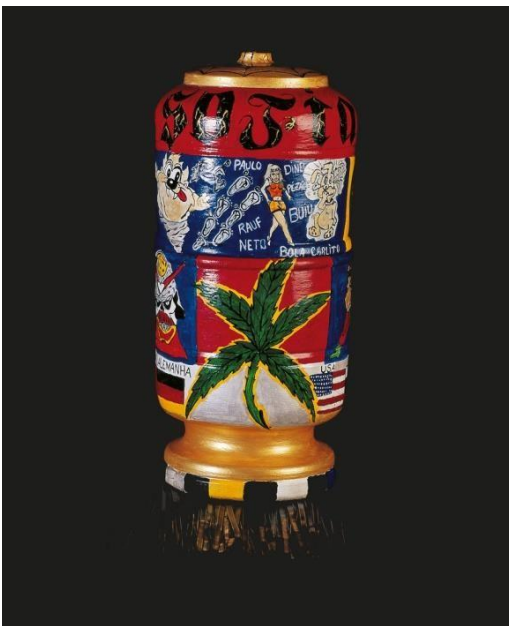


Figura 20: Oratório



Fonte: Acervo Espaço de Memória Carandiru

Figura 21: Mercado da Penitenciária



Fonte: Acervo Espaço de Memória Carandiru

Inspirada na Biblioteca de Santiago, no Chile, a Biblioteca de São Paulo também funciona como laboratório de práticas da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ela ainda conta com terminal de autoatendimento, recursos tecnológicos, além dos livros tradicionais, obras que agregam acessibilidade como braille e leituras em áudio.

Além disso, a biblioteca também foi uma das finalistas do Prêmio Excelência Internacional 2018, na categoria Biblioteca do Ano, ao lado de países como Dinamarca e Noruega, promovido pela feira The London Book Fair International Excellence Awards.

A antítese é forte e a metáfora se torna óbvia. Onde antes funcionava uma prisão, agora há a liberdade: de conhecimento, das ideias, dos livros. Pois é neste lugar, que poderia carregar para sempre uma sombria memória, que está localizada a Biblioteca de São Paulo.(ARCH DAILY, DESCRIÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO, 2012)

Figura 22: Fachada da Biblioteca de São Paulo



Fonte: Blog Live, 2021

O Museu Penitenciário Paulista é parte integrante da área do Parque da Juventude. Ele teve sua abertura à visitação no ano de 2014, após a idealização de um projeto vinculado à Escola de Administração Penitenciária Dr. Luiz Camargo Wolfman, o qual apresentava a princípio um caráter pedagógico, sendo adaptado posteriormente para a montagem de uma acervo para visitação.

O Museu aborda temas que evidenciam a relação indivíduo – sociedade sob o ponto de vista da pena, tem informações sobre a ciência jurídica penal, que pode ser observada na história do sistema penitenciário paulista, e seu desenvolvimento. O Museu Penitenciário Paulista traz a todos nós a reflexão sobre a história penitenciária e também da pena. (REDAÇÃO, SITE SP CITY, 2021)

O acervo do museu apresenta mais de 21 mil peças em exposição, entre elas pinturas, esculturas e móveis feitos pelos detentos em suas oficinas. Além de criações “proibidas” dos presos, em suas celas, como “armas, construídas com os mais diversos materiais, cachimbos para uso de drogas, aparelhos de tatuagem improvisados, e até mesmo uma espécie de micro-ondas, feitos com lâmpadas e papel alumínio”. A visitação ao museu também é realizada mediante agendamento prévio no site oficial.

No ano de 2018 o Parque da Juventude foi renomeado como forma de homenagear o arcebispo emérito Dom Paulo Evaristo Arns, um forte defensor dos Direitos Humanos e ativista de causas humanitárias, falecido no ano de 2016. Dessa forma, passou a se chamar Parque da Juventude Dom Evaristo Arns.

Ainda em 2018 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (COMPRESA) aprovou o tombamento do Complexo do Carandiru, o pedido inclui a parte da antiga penitenciária masculina demolida em 2002, onde atualmente se localiza a área de lazer do Parque da Juventude. Segundo matéria postada no G1:

No caso do Carandiru, o tombamento foi solicitado pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) em processo aberto em 1997, antes da demolição dos pavilhões. A proposta inicial incluía o que hoje é o Parque da Juventude, os vestígios dos pavilhões da antiga Casa de Detenção, que atualmente abrigam a Escola Técnica Parque da Juventude, e a Penitenciária Feminina da Capital. (MACHADO, PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2018)

Segundo a arquiteta Marianna Al Assal, representante Instituto Brasileiro de Arquitetos do Brasil (IAB) no Compresp, a Prefeitura, por meio da secretaria municipal de Justiça, se disse contrária ao tombamento da ETEC e do presídio feminino. Ela relatou:

Houve a discussão na última reunião, e encaminhou a votação pelo não tombamento da penitenciária, mas incluiu a atual escola técnica", explica. "O resultado final é bastante estranho. Foi encaminhado de uma maneira que as muralhas e as torres de vigia da penitenciária feminina estão (no tombamento), mas o presídio não. (MACHADO, PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2018)

O ponto de vista da arquiteta seria pela defesa do tombamento do Complexo como um todo, e ainda pela solicitação da inclusão dos acervos do Museu Penitenciário. "Eu recomendei que fosse discutida a abertura dos acervos que têm obras e relatos de como a penitenciária funcionava. É bastante importante do ponto de vista da memória", aponta.

3. ARMADILHA DA TOPOLATRIA: RESSIGNIFICAR OU APAGAR O PASSADO?

O último capítulo desta pesquisa pretende apresentar uma reflexão acerca das impressões dos usuários e visitantes do Parque da Juventude, a partir das avaliações colhidas no site Trip Advisor. E com base na análise do conteúdo dessas opiniões, tecer um debate sobre o papel do Parque enquanto lugar de memória do antigo Carandiru.

3.1 Coleta e análise de dados do TripAdvisor: algumas impressões

Desde sua inauguração e entrega à população de São Paulo, no ano de 2003, O Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, localizado na Região Norte da capital paulista, no Bairro Santana, recebe um número expressivo de visitantes e usuários frequentes nos seus espaços de lazer e áreas destinadas à prática de esportes. Esse fato, deve-se à carência de locais públicos destinados à prática de atividades físicas esportivas ou espaços dotados de infraestrutura e equipamentos de lazer na região.

A partir da implantação da área institucional, composta das ETECs e da Biblioteca Pública de São Paulo, o público que passou a circular nos espaços que compreendem o Parque, cresceu exponencialmente. Passando a ser composto, não só de moradores locais, como de estudantes de diversas regiões da capital, atendidos pelos cursos técnicos e de capacitação profissional que o governo do estado oferece nas dependências do parque. Além dos frequentadores usuais, o local ainda recebe um número grande de visitantes de “fim de semana”, que usufruem do espaço do parque com a família e amigos. Por apresentar uma estrutura ampla e plana, o parque ainda se mostra versátil para receber shows musicais e eventos de maior porte.

Como forma de acessar as impressões de usuários e visitantes do Parque da Juventude, essa pesquisa tomou como base as avaliações presentes no site TripAdvisor, o qual é considerado de grande relevância no segmento que compreende informações e opiniões relacionadas ao turismo, seus serviços, produtos e espaços de lazer.

As informações coletadas nas avaliações e comentários de visitantes no site do

TripAdvisor, possibilita aos viajantes expressarem suas percepções acerca de uma gama de opções relativas aos serviços de viagens, como restaurantes, hotéis, atrativos, transportes, agências de viagens, entre outras (LEOTI et al., 2019, p. 5).

Ainda, com o propósito conhecer a percepção gerada pelo usuário e descrevê-la, além da coleta das avaliações presentes no site, foi utilizada como ferramenta de interpretação dos dados, a análise de conteúdo. Que segundo Bardin, pode ser conceituada como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47)

Nesta pesquisa, identificou-se 177 comentários e avaliações, realizadas por turistas, visitantes e frequentadores que estiveram no Parque da Juventude, em São Paulo- SP. Procedeu-se então, a leitura, análise e interpretação desses comentários e foram selecionados alguns fragmentos que refletem as percepções dos usuários, as quais são atravessadas de alguma forma pelas memórias do Carandiru e expressam alguma conexão do Parque com o Complexo. Esses trechos são apresentados neste capítulo com o objetivo de compreender como a atual configuração do Parque impacta seus visitantes.

Como o nome da estação diz, o Parque fica no local aonde antigamente estava localizado a Penitenciária do Carandiru. Além de ainda possuir o Complexo Feminino da penitenciária em atividade ao lado do Parque, há também um monumento central e algumas ruínas da expansão não finalizada do Complexo. Por isso, achei que alguns locais do Parque possuem uma atmosfera um pouco mais pesada.

Um parque de fácil acesso, pois a estação de metro Carandiru, linha azul, para praticamente na frente. O parque em si é um parque aberto, e com um tamanho relativamente médio. Está situado no antigo presídio Carandiru, e pode-se ter acesso às antigas construções. O parque possui algumas esculturas e pista de skate.

É possível perceber que alguns visitantes relacionam o espaço com a antiga penitenciária e conseguem fazer inferências sobre as ruínas não finalizadas do complexo. Houveram também monumentos que aludiram ao contexto do passado do local. No entanto, a carga emocional despertada não parece expressar um processo de reflexão ou aprofundamento nas representações do local enquanto espaço de memória.

Um parque de fácil acesso, pois a estação de metro Carandiru, linha azul, para praticamente na frente. O parque em si é um parque aberto, e com um tamanho relativamente médio. Está situado no antigo presídio Carandiru, e pode-se ter acesso às antigas construções. O parque possui algumas esculturas e pista de skate.

As menções ao Complexo do Carandiru são frequentes entre as avaliações, porém não exprimem comoção ou introduzem a temática do massacre em sua imensa maioria. A referência, por vezes, só é notada pela proximidade com a estação de metrô Carandiru, que pelo homônimo, faz recordar: “Localizado perto do metrô Carandiru, onde era o antigo presídio, o Parque da Juventude é uma excelente opção para prática de exercícios ao ar livre na Zona Norte”.

Chegando de viagem, desci no Tietê e ainda não queria ir pra casa. Sempre passei em frente pela Cruzeiro do Sul mas não achava que aquilo era mesmo um parque. Me surpreendi quando entrei... é enorme, aconchegante, tem quadras para tênis, basquete, vôlei, skate, futebol... o Muro do Vigia também é uma atração diferente... bem rústico... ótimo para fazer ensaios fotográficos. Amei o espaço. Fica ao lado da Estação do Metro Carandiru, mas quem estiver no Tiete ou Santana, da pra ir a pé sem problemas como eu fiz.

Figura: 24 Foto tirada por visitante (pedras que marcam o trajeto pelas ruínas)



Fonte: Site TripAdvisor (foto postada por avaliador anônimo), 2018

Parque muito bom para ir sozinho ou acompanhado, com crianças ou cachorros. Muitas quadras e um ralph bacana para skate e patins. Os grafites e os pedaços remanescentes do presídio rendem ótimas fotos. Mudou de horário de abertura esse mês, agora fica das 6 às 20 no horário de verão e das 6 às 19 no resto do ano. Agradável o dia inteiro mas se você for cedo o parque é quase particular seu.

Os cantos isolados do parque e as construções curiosas, como as passarelas e os

corredores em cima dos muros podem ser cenários para ótimas fotos. Além do espaço verde e relaxante do parque para aproveitar o sol.

Estes comentários ilustram a opinião de um número expressivo de visitantes, que mencionam que a área destinada à contemplação (segundo os projetistas), que se localiza nas proximidades das ruínas do antigo presídio e muralha de vigia, é um local ideal para ensaios fotográficos ou que rendem boas fotos. O espaço é composto de uma área plana, gramada, que beira as escadarias que dão para muralha e apresenta um caminho incrustado dessas pedras planas, com gravações de frases que remetem à liberdade. Ele remete a aconchego a alguns visitantes e a sensações positivas de relaxamento.

Indico muito esse parque para amantes do paisagismo, da literatura e cinema! É um lugar muito bonito, o bosque com tipuanas é a parte mais gostosa do parque além de ter as ruínas do antigo Carandiru! Apesar de ficar do lado de um presídio feminino o lugar é muito bonito e a região super agradável! Recomendo a todos de todas as idades!

Duas quadras de tênis, muitos aparelhos de ginástica, espaço pet, muito verde, bancos para sentar sob as árvores, locais para praticar skate e patins, bom para andar de bike, enorme área verde, estacionamento barato, um restaurante e lanchonete meio simples no local. Fica bem ao lado do Metrô Carandiru. É onde era o antigo presídio Carandiru, palco de tragédias que inspirou o filme Carandiru, onde retrata a matança de 111 presidiários.

No mesmo lugar onde está agora o "Parque da Juventude" estava antes a prisão de Carandiru. Em 02/10/1992 aconteceu a massacre, que foi o tema principal do muito premiado filme "Carandiru" (2003). A prisão foi demolida em 2002 e posteriormente foi inaugurado o parque. Vale a pena visitá-lo, andar entre as árvores e nas antigas paredes onde ficavam os guardiões da prisão.

Alguns visitantes relacionam o Parque com o filme “Carandiru”, de Héctor Babenco, o qual foi inspirado no livro “Estação Carandiru” de Dráuzio Varella e conta a rotina dos apenados do Carandiru até a data que culminou no massacre. Esta referência indireta sobre o filme, no lugar da menção da real tragédia, está carregada de simbolismos sobre como a nossa sociedade trata suas mazelas e suas falências. Usando uma lente de desfoque para não falar abertamente dos erros institucionais que a sociedade tolera, normaliza e absorve.

É possível também, encontrar frequentes falas que demonstram um sentido de “substituição”, do antigo presídio, pelo Parque. Essas falas vêm atreladas a toda carga de adjetivos e sentidos negativos que normalmente está associado a espaços como esses, mesmo que, por vezes, apenas implícitos por meio da escolha de palavras que criam uma oposição de sentidos, em

contraste aos elogios ao Parque. Como nesse trecho: “achei legal conhecer os restos do presídio, e ver onde criaram um parque no lugar. parque legal cheio de crianças brincando cheio de gente feliz etc, recomendo pode se chegar de metrô tem uma estação pertinho”.

Tudo começou a mudar em setembro de 2003. o Parque da Juventude mudou a característica pesada ao substituir a Casa de Detenção do Carandiru por uma grande área verde e bem agradável. Para quem pretende tirar fotos profissionais, precisa da autorização na secretaria.

Parque muito bem estruturado, conta com quadras poliesportivas, parquinho para crianças, áreas gramadas, sempre tem grandes shows e fácil acesso de transporte público.

Quanto menos casas de detenção e mais áreas de lazer melhor.

Quando penso que antigamente no mesmo local estava o Carandiru já avalio como positiva a presença do Parque da Juventude que, na verdade, é um misto de parque, com opções culturais. Entretanto, na minha última visita, percebi um pouco de falta de segurança. Alguns transeuntes estranhos, usuários de drogas e vadios estavam por ali.

O parque da juventude é um achado no meio do caos do trânsito. Muito seguro, tem várias atividades e programações. O melhor que eles fizeram quando demoliram o Carandiru foi ter construído esse lugar para os jovens e as famílias.

Um enfoque não tão frequente, no entanto, bastante significativo, para se pensar a respeito do projeto do Parque e de sua responsabilidade enquanto lugar de memória, versa diretamente sobre as impressões do visitante quanto o projeto do Parque:

Fui desconfiada, mas me surpreendi!

Amplo, sossegado, organizado e com alguns locais interessantes (algumas construções da antiga Casa de Detenção foram preservadas e se misturam com a vegetação).

Ótimo lugar para passear com os cães. Dá para soltar -los sem incomodar ninguém.

Esse parque não costuma fazer parte do planejamento de quem visita a cidade e muitas vezes os próprios paulistanos não o conhecem. Com arquitetura de Aflalo & Gasperini e paisagismo de Rosa Grena Kliass, o parque fica na área da antiga Casa de Detenção Carandiru, totalmente transformada e com fácil acesso pelo metrô.

Dois dos antigos pavilhões viraram ETECs, lugares cheios de vida, arte e novas memórias.

Esse parque não costuma fazer parte do planejamento de quem visita a cidade e muitas vezes os próprios paulistanos não o conhecem. Com arquitetura de Aflalo & Gasperini e paisagismo de Rosa Grena Kliass, o parque fica na área da antiga Casa de Detenção Carandiru, totalmente transformada e com fácil acesso pelo metrô. Dois dos antigos pavilhões viraram ETECs, lugares cheios de vida, arte e novas memórias.

Quem não conhece está perdendo essa delícia de passeio entre as copas das árvores pelas muralhas por onde andavam os guardas da Casa de Detenção Carandiru. E,

não, não é possível sentir nenhuma energia negativa e até dá pra esquecer o passado pesado do lugar lá no meio em muitos momentos. Esse projeto mostra bem o poder de transformação que um bom planejamento e bons arquitetos conseguem promover na paisagem e na vida das cidades.

O Parque da Juventude realmente é um lugar bonito e agradável de estar. Além de contar com uma bela história (antes ali era o presídio Carandiru). Ainda trás traços dessa época, pois a paisagista Rosa Kliass manteve algumas das estruturas do antigo presídio, isso tras um charme a mais ao parque. O ponto ruim do lugar é que achei um pouco perigoso. Vieram uns 4 policiais me falar para tomar cuidado, isso fez com que eu andasse pelo parque um pouco de medo. Mas a beleza do lugar e a biblioteca SP que também fica ali e é super agradável compensam a visita.

É um parque muito agradável, com inúmeras quadras, tanto de vôlei, basquete, tênis e pistas de skate, mas adiante partes do antigo presídio nos lembram do que é essencial, a liberdade, a frente o parquinho das crianças com muitos balanços e escorregadores, tudo na areia, uma delícia andar descalço, nem conheci a biblioteca preciso de mais uma visita.

Estas três avaliações, bem detalhadas, parecem expressar a visão de visitantes, que transitaram tempo suficiente pelo Parque para atentar aos detalhes, absorver a atmosfera do local e tecer suas impressões. E, apesar da percepção ser algo extremamente particular e permeada de concepções e sentimentos particulares do indivíduo. Alguns mecanismos podem ser despertados por meio dos elementos, propositalmente presentes nos espaços de lazer e culturais, como é o caso do Parque da Juventude. No entanto, esses comentários, somados às demais percepções já apresentadas, denotam que o projeto do Parque não preocupou-se em despertar uma conexão do visitante com as memórias do Carandiru ou se houve essa pretensão, por parte dos idealizadores, ela falhou enquanto proposta.

Foi uma surpresa muito interessante de como a cidade reaproveitou um lugar com uma história tão conturbada e violenta. Um espaço de lazer que não faz questão de apagar as boas lições que a presença do presídio podem ainda ensinar. Um lugar muito agradável para passear e bem aproveitado pelos moradores da vizinhança, mas que ainda mantém elementos que remetem ao seu passado.

Parte da história da cidade de São Paulo é o lugar ideal para passarmos uma tarde refletirmos sobre a condição humana. O parque da juventude, na cidade de São Paulo, é um espaço dedicado a apagar as tristes memórias do maior complexo penitenciário da América Latina.

O parque em si não tem nada de mais - é um parque recente, ainda sem muito verde, com uma biblioteca e espaços para prática de esportes. Contudo, se considerarmos a história do lugar, já que ali um dia esteve um dos presídios mais famosos do país, o Carandiru, o passeio ficará mais interessante. Hoje o espaço que antes era a prisão abriga o "Parque da Juventude", e que é o que se vê caminhando

por lá nos fins de semana ou feriados - famílias, adolescentes, grupos praticando esportes, gente lendo em baixo das árvores... Uma metamorfose da paisagem urbana! Fácil acesso - estação Carandiru da Linha azul.

O número de avaliações que dão enfoque à história e as memórias do Carandiru como fator relevante da visita ou em primeiro plano, são pouco expressivas em número e ainda sim controversas com relação às impressões. Com alguns relatos inclusive tendendo a concluir que o Parque ajuda a apagar as memórias do local e apenas um número ínfimo de comentários que relacionam que o projeto do Parque promove a reflexão.

Além da proximidade, tenho inúmeros outros motivos para frequentar o Parque da Juventude. Minhas caminhadas tem aquele parque como destino pelo menos duas vezes por semana. Caminhar por algumas trilhas ainda de chão dá uma sensação intensa de estar realmente integrado à Natureza. Recomendo.

Eu gosto muito deste parque, vou com frequência, é possível jogar nas quadras e andar de bicicleta, ideal para caminhar, curtir uma sombra na área gramada ou fazer algum esporte, possui área para skate e para cachorros, fácil acesso de metrô, cheio aos domingos.

Parque grande e agradável, possui restaurante e a incrível Biblioteca de São Paulo que tem várias oficinas e eventos culturais. Um ótimo espaço para relaxar, praticar atividades físicas e passear com a família.

Por fim, ainda é possível tecer impressões com relação a ausência de qualquer menção ao Carandiru nas avaliações, fato que se apresenta na imensa maioria de comentários sobre o Parque. E é justamente no silenciamento que muitas inferências podem ser feitas, na total e completa falta de qualquer relação ou iniciativa de falar sobre as memórias do local ou até mesmo no desconhecimento das mesmas.

3.2 Como impedir que o lugar de memória se congele em nós?

O exercício de rememorar e o uso da memória enquanto mecanismo de justiça perante as arbitrariedades e tragédias de nossa história, se torna um desafio cada vez maior em nossa sociedade pós-moderna que apresenta a efemeridade como característica marcante de seu modo de viver. A quantidade de eventos passíveis de problematização e a velocidade com que esses fatos

chegam até o nosso conhecimento, ajudam a criar uma atmosfera de normalização acerca das injustiças, da violência, dos crimes e de tudo que deveria nos chocar e causar indignação.

Diante desse cenário, temos ainda um agravante no que se refere às memórias relacionadas aos grupos marginalizados de nossa sociedade. A comunidade prisional reflete o mais alto grau de invisibilidade que a história é capaz de promover e as memórias relacionadas ao cárcere são lembradas simbolicamente apenas como um arauto do que relegamos completamente.

Perante esses complicadores se torna imperativo refletir sobre o fenômeno da Topolatria e como impedir que os lugares de memória se cristalizem no tempo e deixem de fazer sentido enquanto símbolos de tragédias que reverberam suas consequências ainda no tempo presente.

Os estudos de Nora sobre os espaços de memória nos falam justamente dessa tendência massiva ao esquecimento e da necessidade de “nadarmos no contra fluxo da corrente” no sentido de fazer a memórias desses lugares contarem sua história. Segundo ele:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.13)

De acordo com o autor, é por meio dos simbolismos que atrelamos aos lugares e objetos que estes passam a fazer sentido dentro de um contexto memorial. Nora ressalta que "só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual" (NORA, 1993. p.14). Nesse sentido, cabe pensar que uma sociedade que mantém seus ritos, marca suas lembranças no tempo e espaço e as investe de significado.

Rememorar datas, relembra fatos e trazer à superfície o passado, mesmo que doloroso é uma maneira de demonstrar respeito, empatia, além de ser, por vezes, a única forma de justiça possível com quem teve a sua vida marcada por uma tragédia. O esquecimento, ou apagamento das memórias de um fato sensível não acalenta ou pacifica quem teve sua trajetória interrompida por ele, apenas torna mais latente a dor por ele causada. Além disso, o afastamento desses emblemas da nossa falência enquanto sociedade, reforça novos atos arbitrários e sustenta a impunidade em nosso país.

Em vista disso, que os processos que envolvem a ressignificação de um local marcado por

uma tragédia tão emblemática, um crime perpetrado pelo Estado, que sinaliza a desigualdade, o preconceito e a intolerância, muito presentes em nossa sociedade ainda, precisam ser pensados e planejados de maneira muito cuidadosa pelas instâncias responsáveis. Levando em consideração toda sua carga simbólica e as consequências que um projeto transformador pode acarretar para as memórias associadas ao local.

O trânsito entre o passado e o presente, mobilizado pela história trazida pela evidência do patrimônio material, pode ser realizado com muito mais efetividade. E, portanto, pode se construir uma compreensão mais sensível e, nesse sentido, mais completa do significado humano desse sítio histórico. (LIMA, 2018, p.105)

Ainda, tomando consciência da memória enquanto elemento dinâmico e dos lugares de memória como símbolos de um pensar social, capazes de produzir reflexão e de ressoar no presente os acontecimentos do passado. Faz-se fundamental uma maior responsabilidade com o planejamento urbano e paisagístico, pois cada escolha de elementos que farão parte dessa ressignificação ou até mesmo a ausência desses elementos, será capaz de produzir uma atmosfera ou despertar uma percepção dos visitantes.

A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante. (BARROS, 2009,p.37)

A partir da análise e reflexão acerca das percepções dos visitantes que deixaram suas avaliações no site TripAdvisor, com relação ao Parque da Juventude é possível inferir que apesar do projeto paisagístico e arquitetônico manter e incluir elementos que façam alusão ao cárcere, ele não consegue cumprir seu papel enquanto lugar de memória. Haja visto que, sua configuração, atmosfera e a escolha de elementos e monumentos não se compromete em estabelecer uma real conexão com as memórias do passado da penitenciária.

Os lugares de memória são primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode se apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquiram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares

de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica. (NORA. 1993, p. 21-22).

As intervenções do projeto, usam da dicotomia prisão/liberdade e paz/violência para promover uma relação reflexiva, no entanto essa escolha acaba por causar um efeito rebote que vai na contramão do que seria o ideal para percepção do espaço como promotor de gatilhos emocionais que sensibilizem para a conexão com a história e memórias do Carandiru enquanto um emblema de uma tragédia.

Dessa maneira, nega-se o que Seixas chama de “função ética” da memória (SEIXAS, 2009, p. 53), visto que o impulso que se esperaria para promover a preservação do devido lugar de memória, no caso particular do Carandiru, não se concretiza com a ênfase esperada.

Esses apagamentos e silenciamentos da narrativa desse passado, intencionais ou não, são perigosos, no sentido que podem congelar no tempo uma história e ajudar que as novas gerações não acessem essas memórias.

O que o Estado faz, voluntária ou involuntariamente, é, ao fim e ao cabo, evitar a materialidade da memória. Uma materialidade de caráter disruptivo, se oposto ao presente, e que “irrompe”. Ainda que ela não precise da materialidade para se caracterizar como tal (YATES, 2007), a memória jamais negará a materialidade como corroboração em prol de seu caráter social. (GUMUCIO; SCHMIDT, 2018,p.67)

Os monumentos presentes no Parque que fazem parte dos componentes materiais capazes de carregar os simbolismos empregados na intenção de provocar sensações nos visitantes, evidenciam uma visão tendenciosa de que o ambiente carcerário não carrega nada positivo ou enriquecedor que mereça ser resgatado e investido de um desejo de memória. A visão da grande maioria de visitantes do Parque, se mostra suggestionada a relegar o passado, e exaltar a sua transformação em área de lazer. Em um movimento de compreensão de que deve-se investir em um, em detrimento do outro. Concluindo que a memória relacionada ao cárcere, não encerra em si, nada que mereça ser lembrado.

No ano de 2019, após um longo período de espera foi aprovado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

(Conpresp), o tombamento, solicitado em 1997, da área que compreendia o Complexo Carandiru, no entanto, com sua aprovação tardia, parte dos prédios já haviam sido implodidos e o Parque da Juventude já ocupava a área contemplada. Nesse sentido, o Conselho reconheceu a muralha remanescente e os prédios da ETEC, que ocupam os pavilhões não implodidos, enquanto bens tombados, porém não incluiu a Penitenciária Feminina, que integra o Complexo e remonta parte importante da história do Carandiru.

Esse ato representa um retrocesso no que compreende os debates acerca do patrimônio prisional enquanto elemento cultural de nosso país. Mais uma vez, expressa os silenciamentos das instâncias oficiais, para com a comunidade carcerária e suas manifestações.

O patrimônio cultural define-se pela atribuição de valores instituídos nos embates travados pela sociedade, uma teia tecida por diferentes agentes políticos sociais ligados a determinados momentos e a determinadas preocupações. Não é algo dado, mas algo construído, lapidado, selecionado, que envolve o desejo de memória de determinada sociedade, que institui o que considera importante transmitir através do tempo a outras gerações. Pensar o processo de preservação do patrimônio carcerário remete a preocupações do presente que envolvem a sociedade em geral, especialistas de diferentes áreas e órgãos de preservação em um trabalho de atribuição e renovação de sentidos.(BORGES, 2017, p.302)

Quando as instâncias oficiais que tem por objetivo preservar e salvaguardar os lugares de memória de grupos constituintes das diferentes formações da sociedade brasileira, não atua nesse sentido, e faz um recorte na seleção desse inventário. Resta então que a sociedade civil se mobilize no projeto de manter vivas e relevantes as memórias do Carandiru e do seu emblema enquanto símbolo da violência e descaso do Estado contra a comunidade carcerária. Seja por meio da tomada de espaços públicos para realização de eventos que rememorem o fato, seja por meio da arte, com o cinema, a TV e as produções visuais que tragam o Carandiru novamente para os olofotes ou por meio da música de protesto, como o RAP, que apresenta a realidade dos apenados e seu cotidiano.

Em tempos em que as instâncias oficiais que representam o Estado, estão alinhadas em uma agenda de exclusão e extermínio desses grupos, o esforço para trazer a debate a chacina de 2 de outubro é uma forma de reverberar as chacinas de menor repercussão, no entanto, não menos relevantes, que acontecem frequentemente no “extra muros”, em comunidades periféricas do Brasil inteiro e no “intra muros” em penitenciárias de todo país. Atos criminosos que ficam impunes, protegidos pelos mais diversos escalões governamentais e setores da Segurança Pública, e apoiados pelo slogan de que “bandido bom é bandido morto”.

A defesa do direito à memória do Massacre do Carandiru, dos 111 mortos, das inúmeras famílias que perderam seus entes e também do símbolo do Carandiru no imaginário popular, é além de um ato de preservação de um lugar de memória, um ato político, um manifesto social, um emblema da reconciliação do ser humano com a sua humanidade. E não pode deixa-lo de ser!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível realizar inferências, as quais permitiram interpretar que a percepção de uma camada considerável de usuários ou visitantes do Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, não está inclinada a relacionar o Parque com as memórias do Complexo do Carandiru. Seja pela desinformação do visitante com relação ao passado do local ou pela não identificação dos símbolos presentes na configuração do Parque que remetem ao Carandiru.

No que concerne o projeto do Parque, identificou-se a falta de elementos emblemáticos que dialoguem com as memórias da tragédia, bem como uma transmissão equivocada de simbolismos por parte dos monumentos escolhidos para compor o espaço. Fato esse que direciona a uma reflexão tendenciosa do visitante com relação ao patrimônio prisional em questão.

A pesquisa levanta ainda a proposição de que o ato de ressignificar ou dar novo uso a um local, não precisa ser entendido como um processo transformador e renovador que destrua as bases dos antigos componentes formadores dos emblemas nacionais que remetem à tragédias e a crimes. Ele pode representar a possibilidade de interpretação desse patrimônio enquanto motivador no desenvolvimento da problematização de temas fundamentais que são tão presentes no cotidiano da nossa sociedade e que carecem de maior debate. Os espaços de lazer em geral, mas em especial os que são dotados da conotação de lugar de memória, não podem ser alienados de seu caráter crítico e esvaziados de seus simbolismos originais de maneira arbitrária.

A responsabilidade com os projetos que envolvem a ressignificação, precisa ser redobrada e seus idealizadores e executores, carecem receber um acompanhamento de profissionais como historiadores, arqueólogos e pesquisadores da área do patrimônio. Bem como, procurar voltar seu olhar para uma visão mais sensível, envolvida com às memórias do local. Essa conotação afetiva pode ser alcançada por meio da busca de relatos orais e testemunhos dos envolvidos na construção do cotidiano do local ou os que tiveram suas vidas marcadas pelo lugar de memória, em questão.

Em uma sociedade já tão polarizada e fragmentada em suas concepções ideológicas, o movimento de aproximação, de sensibilização e a busca pelos constituintes mais fundamentais de nossas humanidades. Se torna uma ferramenta importante para promover a desestigmatização de grupos marginalizados como é o caso da comunidade carcerária. E essa busca pelo elemento que

nos une enquanto iguais, perpassa pela capacidade que temos enquanto seres humanos de acessar nossas memórias e de nos ressignificarmos a todo momento enquanto indivíduos e enquanto coletivo. Dar as costas para as memórias dos mais diversos grupos e para os lugares de memória que encerram essas culturas é promover a desumanização e a nossa completa e total falência enquanto seres sociais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Claudio do Prado. **Prisões desativadas, museus e memória carcerária**. Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 113 | pp. 289-334 | jul./dez. 2016
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011
- BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Mouseion, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009
- BORGES, Viviane Trindade. **Carandiru: os usos da memória de um massacre**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 04 - 33. set./dez. 2016.
- BORGES, Viviane Trindade. **O patrimônio cultural e as prisões: apagamentos e silenciamentos**. História: Questões & Debates, Curitiba, volume 65, n.1, p. 285-303, jan./jun. 2017
- BORGES, Viviane Trindade. **Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 310 - 332, jan./mar. 2018.
- BORGES, Viviane Trindade. **A patrimonialização e suas contradições: o patrimônio prisional na França do tempo presente**. Anos 90, vol. 25, núm. 48, pp. 213-240, 2018.
- BORGES, Viviane Trindade, SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Apontamentos sobre o patrimônio prisional no Brasil: conflitos entre a memória e apagamentos**. Criminocorpus, Publicado em 08 set 2021.
- CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- CASARIN, Thiago da Cunha Martins, CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Perspectivas na preservação do patrimônio sensível**. Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável, v. 11, n.2, 2020.
- GUAZZELLI, Dante Guimaraens. **O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros**. Revista Mosaico – Volume 2 – Número 4 – 2010
- GUMUCIO, Guillermo; SCHMIDT, Cristina. **Descaso e deterioração do lugar de memória no caso da chacina da candelária no Rio de Janeiro**. Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 64 – 79, jun. 2018
- HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul-dez.2006
- HARTOG, François. **Crer em História**. Autêntica, Belo Horizonte, 2017
- HEYMANN, Luciana Quillet. **O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos**. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.
- LEOTI, A.; PEREIRA, T.; TRICÁRICO, L. T.; ROSSINI, D. de M. **Cemitério do Imigrante de Joinville/SC:**

um estudo acerca das emoções expressadas no TripAdvisor. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 26 (junio/junho 2019)

LIMA, Mônica. **História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro.** Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p.98- 111 ISSN: 1808-8031

MARCHI, Darlan de Marmann. **Memória e sofrimento: a questão dos lugares.** Cadernos do Nuppome. Ano 1, n.1, abril de 2019.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio sombrios, memórias difíceis.** In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia [orgs.]. História e Arte. Herança, Memória, Patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 54.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

RAHHAL, Daniela. **Uma reflexão sobre a importância do patrimônio carcerário como herança cultural brasileira.** Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 531-536, ago./dez., 2020.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Ruínas e Testemunhos: o lembrar através de marcas do passado.** Revista de Ciências Sociais, n. 39, Outubro de 2013, pp. 221

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais.** In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2009

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SITES CONSULTADOS

Acervo Folha. 03/10/1992.Nº 23.194 - Ano 72. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11835&anchor=4927919&origem=busca&origemURL=&pd=163f972fb5d9c98be75680db80d8d6b2> . Acesso em: 12 de abr. 2022.

Acervo Jornal O Globo. Primeiro caderno 3 de outubro de 1992. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/pagina/edicaododia.do?dia=19921003&edicao=Matutina&caderno=Primeiro+Caderno>. Acesso em: 12 de abr. 2022.

Acervo Jornal O Globo. Primeiro caderno 4 de outubro de 1992 Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019921004>. Acesso em: 12 de abr. 2022.

Acervo O Estado de São Paulo. Edição de 4 de outubro de 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19921004-36145-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 13 de abr. 2022.

Acervo O Estado de São Paulo. Edição de 6 de outubro de 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19921006-36146-nac-0001-999-1-not> . Acesso em: : 13 de abr. 2022.

ALESSI, Gil. **As memórias de Sidney Sales sobre a tragédia que o Brasil não consegue superar: "Foi meu Auschwitz"**. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/politica/1497471277_080723.html. Acesso em 5 de mai. 2022

Áreas Verdes da Cidade. **Parque da Juventude**. Disponível em: <https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/05/parque-da-juventude.html>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

ASSUMPÇÃO, Isabela. Jornal Nacional. Edição de 3 de outubro de 1992. Disponível em: <http://globo.tv.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/massacre-no-carandiru-1992/2268225/> . Acesso em: 6 de mai. 2022.

Carta Capital. **Após o massacre, o prêmio**. 14 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-o-massacre-o-premio/>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

COSTA, Giovana. **Parque da Juventude: novos recomeços em meio à história e à natureza**. Disponível em: <https://live.apto.vc/parque-da-juventude-novos-recomecos-em-meio-a-historia-e-a-natureza/>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

CRUZ, Eliane Patrícia. **Massacre do Carandiru completa 25 anos sem punição**. 2 de outubro de 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-10/massacre-do-carandiru-completa-25-anos-sem-ninguem-ter-cumprido>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

Espaço Memória Carandiru. **Acervo**. Disponível em: <http://www.etecpj.com.br/memoria/#services>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

EUSTÁQUIO, José Jr. **O Dia na História (08/12/2002): SBT exhibe ao vivo implosão do Complexo do Carandiru, em São Paulo.** Disponível em: <http://www.sbtmedia.com.br/2017/12/o-dia-na-historia-08122002-sbt-exibe-ao.html>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

FERNANDES, Augusto. **STJ restabelece penas a PMs que participaram do massacre do Carandiru.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4930104-stj-restabelece-penas-a-pms-que-participaram-do-massacre-do-carandiru.html>. Acesso em: 10 de abr. 2022.

Folha de São Paulo, Acervo online. **Chacina mata 111 presos em SP.** Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_04out1992.htm . Acesso em: 5 de mai. 2022

MACHADO, Livia. Portal G1. **Conpresp aprova tombamento do Complexo do Carandiru e de prédios, piscinas e estádio da USP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/conpresp-aprova-tombamento-do-complexo-do-carandiru-e-de-predios-piscinas-e-estadio-da-usp.ghtml> . Acesso em: 31 de mai. 2022.

O Tempo. **Perito é primeira testemunha de acusação ouvida no julgamento.** Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/perito-e-primeira-testemunha-de-acusacao-ouvida-no-julgamento-1.790443> . Acesso em: 5 de mai. 2022

PEREIRA, Matheus. **Parque da Juventude: Paisagismo como ressignificador espacial.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial?ad_medium=widget&ad_name=navigation-next. Acesso em: 25 de abr. 2022.

Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Implosão do Carandiru marca uma nova era no sistema prisional de São Paulo.** Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/implosao-do-carandiru-marca-uma-nova-era-no-sistema-prisional-de-sao-paulo/> . Acesso em: 6 de mai de 2022.

Portal IPHAN. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

Portal Istoé. **Promotor pede condenação de “maças podres” da PM no caso do Carandiru.** Disponível em: https://istoe.com.br/353195_PROMOTOR+PEDE+CONDENACAO+DE+MACAS+PODRE+S+DA+PM+NO+CASO+DO+CARANDIRU/ . Acesso em: 12 de abr. 2022.

Revista Projeto. Edição 299 Janeiro de 2005. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/rosa-grena-kliass-arquitetura-paisagistica-segunda-etapa-20-01-2005/> Acesso em: 20 mai. 2022.

SIMIONI, Adriana. **Carandiru: antigo presídio torna-se local de cultura e lazer.** Disponível em: <http://codigo.inf.br/aun/cultura/carandiru-antigo-presidio-torna-se-local-de-cultura-e-lazer/>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

TCM Magazine. **“ESPHEROPEIA”, Instalação de Gilberto Salvador, será inaugurada**

dia 29/03 no parque da Juventude. Disponível em:
<https://tcmagazine.wordpress.com/2014/03/26/espheropeia-instalacao-de-gilberto-salvador-sera-inaugurada-dia-2903-no-parque-da-juventude/>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

TripAdvisor. **Parque da Juventude – SP.** Disponível em:
https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d6109586-Reviews-or30-Parque_da_Juventude-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html . Acesso em: 10 maio. 2022